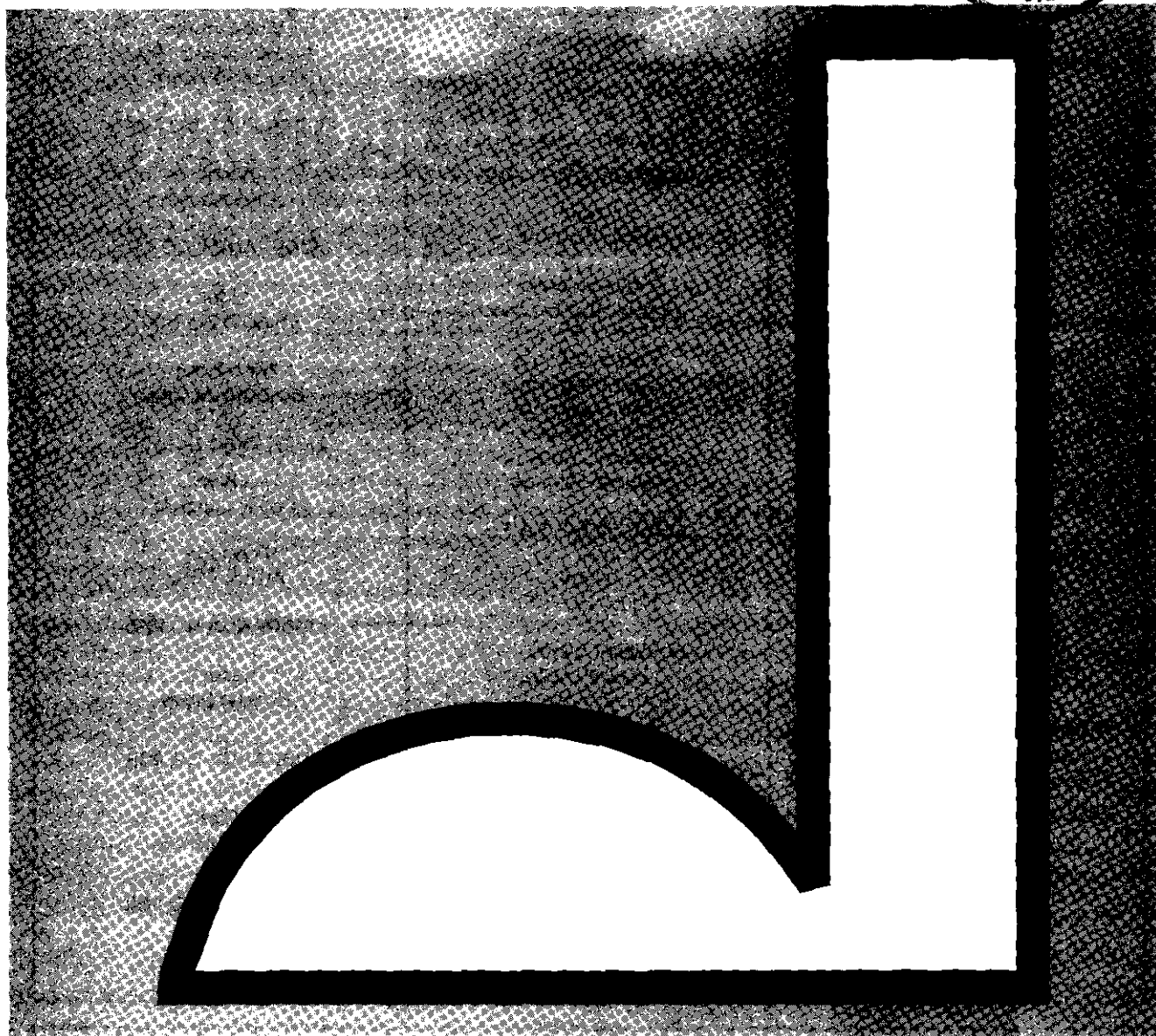




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSR**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 23ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE FEVEREIRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 90/96, do Líder do PV na Câmara dos Deputados, Sr. Fernando Gabeira, de indicação de membros para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.290/96. 01398

1.2.2 – Requerimentos

Nº 59, de 1996, do Senador Carlos Patrocínio, solicitando que seja convocado o Sr. Ministro do Trabalho, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Programa de Geração de Empregos. 01398

Nº 60, de 1996, do Senador Geraldo Melo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 102, de 1993, e 13, de 1996. 01399

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Carta recebida do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários do Estado do Amazonas, denunciando a demissão sumária de todos os funcionários da agência do Banerj, em Manaus. 01399

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Nelson Carneiro. 01400

SENADOR NEY SUASSUNA – Elogios à criação de uma superintendência vinculada ao BNDES, para cuidar da área social e das desigualdades regionais. 01401

1.2.4 – Requerimentos

Nº 61, de 1996, de autoria do Sr. José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, na data de ontem, do ex-Senador Nelson Carneiro. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Hugo Napoleão, Bernardo Cabral, Humberto Lucena, Pedro Si-

mon, Sebastião Rocha, Jader Barbalho, Antonio Carlos Magalhães, Júlio Campos, José Eduardo Dutra, Artur da Távola, Elcio Alvares, Esperidião Amin, Carlos Patrocínio, José Fogaça e Bello Parga. 01401

Nºs 62 a 65, de 1996, dos Srs. Senadores Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, Pedro Simon, Hugo Napoleão e Bernardo Cabral, respectivamente, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Carneiro. 01401

1.2.5 – Fala da Presidência

Designação de Comissão representativa do Senado Federal nos funerais do Senador Nelson Carneiro. 01422

Enaltecimento da vida pública do Senador Nelson Carneiro. 01422

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal, a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa. 01423

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Hugo Napoleão, proferidos nas sessões de 26 e 31-1-96 (republicação). 01424

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 145 a 158, de 1996. 01434

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 23ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 7 de fevereiro de 1996

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Teotônio Vilela Filho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valladares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Emandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

OF/FG/Nº 90/96

Brasília, 6 de fevereiro de 1996

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular e do Deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.290, de fevereiro de 1996, que isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados bens de informática adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Cordialmente, – Deputado Fernando Gabeira, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 59, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado do Trabalho, Sr. Paulo Paiva, para comparecer ao Plenário do Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa sobre o Programa de Geração de Empregos do Governo Federal.

Justificação

As preocupações da população brasileira, em especial a classe média e os assalariados, quanto ao desemprego crescente, evidenciadas na pesquisa Gallup, vêm sendo consideravelmente exacerbadas com a divulgação pela imprensa das propostas de redução dos encargos trabalhistas e de geração de empregos, pelo Governo Federal.

O problema, por sua importância para todo o País, tem sido objeto de reportagens e artigos desde o mês de janeiro. As opiniões, às vezes conflitantes,

geram cada vez maior insegurança entre os trabalhadores e suas famílias.

A insuficiência e a controvérsia de informações justificam plenamente a convocação ora requerida.

Esperamos, pois, ver o presente Requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1996. –
Senador **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) –
Esse requerimento será publicado e incluído oportunamente em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, nº 9, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 60, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero tramitação conjunta para os Projetos de Lei da Câmara nº 102, de 1993 e nº 13, de 1996.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1996. –
Senador. – Senador **Geraldo Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) –
O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, II, "c", nº 8, do Regimento Interno.

O SR. BERNARDO CABRAL Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) –
Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral para uma comunicação inadiável.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (-AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) –
Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado tem abordado diariamente, em suas sessões, o presente período de demissão de servidores bancários. Ainda ontem, assistimos, na sequência do que foi iniciado pelo Senador Hugo Napoleão, ao Senador Josaphat Marinho lembrar demissões imotivadas sob o disfarce de demissões acertadas entre os funcionários. V. Exª, nobre Senador Teotônio Vilela Filho, foi um dos que inauguraram aqui, juntamente comigo, esse tipo de denúncia.

Acabo de receber do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários do Estado do Amazonas uma correspondência que é altamente gritante contra essa forma terrível de se demitirem funcionários bancários.

Vou ler o texto que me foi enviado pelo presidente em exercício desse sindicato, o bancário Alcindo Jatobá Simões, para que figure nos Anais da Casa:

"Sr. Parlamentar, solicitamos sua atenção para o que se segue:

1 – No último dia 01.02.96, os funcionários da agência de Manaus do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, ao se apresentarem para o trabalho, foram surpreendidos com a comunicação de que estavam todos, sem exceção, demitidos;

2 – O Banco Central do Brasil, em resposta à indagação deste sindicato, informou, na data de hoje, que não houve qualquer solicitação de cancelamento de autorização para o funcionamento da agência daquele banco em Manaus, o que caracteriza demissão em massa de trabalhadores;

3 – A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua Resolução nº 158, ratificada pelo Governo brasileiro, condena a demissão em massa, proibindo a sua ocorrência por considerá-la abusiva.

Esperamos que V. Exª faça parte daqueles que condenam a prática de abusos, levantando sua voz nesse Augusto Plenário, fazendo com que a Nação ouça seu protesto contra a perpetração de mais um atentado contra o exercício da cidadania.

Sr. Senador, a despesa com pessoal de todo o banco em questão representa 6% das despesas gerais, e o que é gasto com o corpo funcional das 19 agências localizadas fora do Estado do Rio de Janeiro soma apenas 5% dos 6%, segundo dados apurados no Balanço de dezembro/95.

O problema social causado com a demissão sumária dos funcionários do BANERJ é preocupante, ainda mais por se tratar de pais e mães de famílias, com média de 20 (vinte) anos de serviços prestados ao Banco, com muitos desses trabalhadores em período de pré-aposentadoria, o que dificulta, ainda mais, o processo de reintegração no mercado de trabalho, que sempre rejeitou as pessoas com idade mais avançada, piorando a situação, se levarmos em conta a crescimento do índice de desemprego no País.

Isto posto, contamos com o seu decidido apoio no sentido de se buscar uma solu-

ção para este problema, já que atinge diretamente interesses de vários Estados. Saudações."

Faço a comunicação da tribuna, Sr. Presidente, de um caso que pode parecer forrado de simplicidade, mas o espectro que se forma, de desemprego, da função social, levando famílias ao desespero e chefes de família ao suicídio, demonstra que esta é a realidade atual.

O Governo, que nesta hora merece a nossa crítica, procura resolver problemas dos bancos e se esquece da situação dos bancários. Nesta hora, sei que essa voz ecoa no Senado Federal, ainda que pela simplicidade da assinatura de um presidente de sindicato, tanto que eu, como orador, tenho a felicidade de ver V. Exª na Presidência, como sempre, mostrando também a sua solidariedade, como já se fez anteriormente.

Vou concluir, Sr. Presidente, até porque não me resta tempo para abordar o que gostaria de abordar. Mais uma vez tanto se fala em integrar a Região Amazônica, tanto se defende e se faz a sua apologia e, no entanto, cada vez mais, o que se nota é o descaso para com aqueles que, em habitando a região, a integram.

O eminente Senador Jefferson Péres está a declarar que se associa a esta manifestação, porque também recebeu apelo para fazê-lo. Conseqüentemente, agora falo por S. Exª e por mim.

Fica o registro de que voltaremos à tribuna, com mais vagar, numa outra hora em que seja possível, até porque, hoje, temos o grande e total Expediente do Senado Federal dedicado à memória do nosso saudoso Nelson Carneiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, gostaria, em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores, associando-me aos demais, de expressar o voto de pesar pela morte do Senador Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supply, por 5 minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, morreu Nelson Carneiro. Com o seu passamento, a vida política brasileira perde aquele que pode ser definido como um símbolo da perseverança. Vocacionado para romper fronteiras, sepultar preconceitos, Nelson Carneiro foi o incansável batalhador pela emancipação feminina. Dentre as 1.394 proposições que ofereceu à apreciação de seus Pares nesta Casa, aquela que resultou na

Emenda Constitucional nº 9, de 1977 – que estabeleceu a possibilidade jurídica de dissolução do vínculo matrimonial – constitui marco inoxidável na busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres e um exemplo de como alguém, acreditando naquilo por que tanto luta, exatamente por insistir, por perseverar, acabou persuadindo a todos os seus Pares e a opinião pública brasileira.

Foi-se o Parlamentar destemido mas elegante. Faleceu aquele que, sem medo de exercer a necessária função de criticar, escudava-se em seu folclórico concidadão e missivista, o imaginário Agapito Durão – personagem que, para aqueles que com ele convivemos, permanecerá indelével na memória, para apontar equívocos e proporcionar soluções, procurando sempre o melhor para o Brasil e sua gente.

As cartas de Agapito Durão que Nelson Carneiro aqui lia eram exemplo de elegância no uso da sátira para formular críticas aos governantes ou aos seus próprios Pares.

Nelson era o paradigma dos que não se curvavam. Por certo, compreendia o que Confúcio queria dizer quando ensinava que "nada é tão repleto de virtudes como a paciência". Nelson compreendia porque vivia essa lição dia após dia. E como na canção, achava sempre que "começar de novo vai valer a pena".

Não tendo logrado retomar a esta Casa nas eleições de outubro de 1994, preparava-se, humildemente, com a idade de 85 anos, para postular uma cadeira à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Nelson, o católico, foi o intrépido, que não temia as autoridades eclesiásticas quando defendia a tese que lhe era mais cara: a instituição do divórcio no Brasil.

Mas Nelson Carneiro era também a imagem da lealdade como valor. Quando, em 1989, a campanha presidencial de Ulysses Guimarães naufragava, lá estava ele, altivo e solidário, ao lado do velho timoneiro, recusando-se a abandonar o barco do amigo cativo, já a pique.

Nelson, o baiano que se fez deputado por sua terra; o baiano que cativou os cariocas e fluminenses – que também o alçaram ao Congresso Nacional como Deputado e Senador, desde 1959 – não se encontra mais entre nós. Dizia Gramsci que o homem se faz imortal quando é lembrado e reverenciado pelas gerações futuras. Nesse sentido, podemos afirmar que o bravo Senador Nelson Carneiro jamais perecerá.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, as Senadoras Benedita da Silva –

do seu Estado, o Rio de Janeiro – e Marina Silva, os Senadores José Eduardo Dutra e Lauro Campos e um número grande de Parlamentares que assinam este requerimento, que certamente será lido, associamo-nos à família do inesquecível Senador Nelson Carneiro, em particular à sua filha, a ilustre Deputada Laura Carneiro, neste momento de profundo pesar.

Por essa razão requeremos, nos termos do art. 218, "b", do Regimento Interno, a observância de um minuto de silêncio, conforme dispõe o art. 219 do Regimento Interno, e a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Nelson Carneiro. E, com base no art. 221 do Regimento Interno, requeiro que o Plenário autorize a apresentação de condolências à família do falecido.

Gostaria, Sr. Presidente, que fossem também lidos, por todos os que assinam, demais requerimentos no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência comunica ao Plenário que muitos outros requerimentos já foram encaminhados à Mesa e serão lidos pelo Sr. 1º Secretário logo após a palavra do Senador Ney Suassuna, que fará uma comunicação inadiável.

S. Exª dispõe da palavra por 5 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, busco ser o mais justo possível. Muitas são as vezes em que venho à tribuna desta Casa para fazer críticas ao Governo, seja à sua política monetária, seja à discriminação ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Mas hoje venho para elogiar. Elogiar o quê, Sr. Presidente? A criação, no BNDES, de um órgão especial, de uma superintendência para cuidar da área social e das desigualdades regionais. Um volume razoável de recursos será alocado a essa superintendência, que será dirigida pela Drª Bia Azeredo.

A primeira missão que recebeu a superintendência foi a de ir ao Banco do Nordeste do Brasil para verificar como atua essa instituição e fazer uma sincronização, uma aproximação com o ela, para que se possam corrigir as distorções nos investimentos no Nordeste e, principalmente, promover a criação de empregos e a solução de vários problemas sérios na área social.

Por essa razão, venho hoje a este plenário comunicar a minha alegria pela criação dessa superintendência e dizer que, parcialmente, o Governo Federal está tomando atitudes para resolver os problemas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 61, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 218, alínea a combinado com o art. 220, do Regimento Interno, requeremos as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento, na data de ontem, do ex-Senador Nelson Carneiro:

- a) apresentação de condolências à família, aos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- b) representação nos funerais; e
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1996. – José Sarney – Antônio Carlos Magalhães – Edison Lobão – Bernardo Cabral – Valmir Campelo – Hugo Napoleão – Jader Barbalho – Lúcio Alcântara – Nabor Júnior – Gilvan Borges – Humberto Lucena – Waldeck Ornelas – Artur da Távola.

REQUERIMENTO Nº 62, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218, alínea b do Regimento Interno, com observância de um minuto de silêncio, conforme dispõe o art. 219 do Estatuto Regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Nelson Carneiro.

Outrossim, requeiro, com base no art. 221 do Regimento Interno, que o Plenário autorize a apresentação de condolências à família do falecido.

Justificação

Morreu Nelson Carneiro. Com seu passamento, a vida política brasileira perde aquele que pode ser definido como um símbolo da perseverança. Vocacionado para romper fronteiras, sepultar preconceitos, Nelson Carneiro foi o incansável batalhador pela emancipação feminina. Dentre as 1.394 proposições que ofereceu à apreciação de seus Pares, nesta Casa, aquela que resultou na Emenda Constitucional nº 9, de 1977 – que estabeleceu a possibilidade jurídica de dissolução do vínculo matrimonial –, constitui marco inoidivável na busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Foi-se o parlamentar destemido, mas elegante. Faleceu aquele que, sem medo de exercer a necessária função de criticar, escudava-se em seu folclórico concidadão e missivista, o imaginário *Agapito* –

personagem que, para aqueles que com ele convivemos, permanecerá indelével na memória – para apontar equívocos e propor soluções, procurando, sempre, o melhor para o Brasil e sua gente.

Nelson era o paradigma dos que não se curvam. Por certo, compreendia o que Confúcio queria dizer quando ensinava que nada é tão repleto de virtudes como a paciência. Nelson compreendia, porque vivia essa lição, dia após dia. E como na canção achava, sempre, que começar de novo, vai valer a pena.

Não tendo logrado retornar a esta Casa, nas eleições de outubro de 1994, preparava-se, humildemente, com a idade de 85 anos, para postular uma cadeira à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Nelson, o católico, foi o intrépido, que não temia as autoridades eclesásticas, na defesa da tese que lhe era mais cara: a instituição do divórcio no Brasil.

Mas Nelson Carneiro era também a imagem da lealdade como valor. Quando, em 1989, a campanha presidencial de Ulysses naufragava, lá estava ele, ativo e solidário, ao lado do velho timoneiro, recusando-se a abandonar o barco do amigo cativo, já a pique.

Nelson, o baiano que se fez deputado por sua terra; o baiano que cativou os cariocas e fluminenses – que também o alçaram ao Congresso Nacional como deputado e senador, desde 1959 –, não se encontra mais entre nós. Dizia Gramsci que o homem se faz imortal quando é lembrado e reverenciado pelas gerações futuras. Nesse sentido, podemos afirmar que o bravo Senador Nelson Carneiro jamais perecerá.

A Bancada Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, conclamando os nobres Pares a assim proceder, associa-se à família do inesquecível Senador Nelson Carneiro, em particular à sua filha, a ilustre Deputada Laura Carneiro, neste momento de profundo pesar.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1996. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder da Bancada do PT no Senado Federal – **Jonas Pinheiro** – **Sérgio Machado** – **José Alves** – **José Eduardo Dutra** – **Bernardo Cabral** – **Geraldo Melo** – **Artur da Távola** – **Mariuce Pinto** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Elcio Alvares** – **Pedro Simon** – **Emília Fernandes** – **Marina Silva** – **Coutinho Jorge** – **Lauro Campos** – **João Barbalho** – **Romeu Tuma** – **Nabor Júnior**.

REQUERIMENTO Nº 63, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no disposto na alínea b, do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Nelson

Carneiro, ocorrido ontem, em sua residência, em Niterói – RJ.

Justificação

Nelson Carneiro foi, sem nenhum favor, uma das mais destacadas figuras do cenário político nacional, neste século.

Incansável batalhador pelas causas que abraçou, entre as quais se destacam as relacionadas com o matrimônio, o divórcio e a condição da mulher e dos filhos com a dissolução do casamento, Nelson Carneiro não poupou esforços nessa sua luta, ele que foi um dos exemplos mais acabados de esposo e pai.

Seus méritos, entretanto, vão muito além dessas conquistas que o tornaram conhecido, nacional e internacionalmente. Foi ele, por exemplo, que, juntamente com Tancredo Neves, engendrou a fórmula do Parlamentarismo, que viabilizou a posse do Vice-Presidente João Goulart, diante da intransigência e ameaça de golpe dos militares, contrários à sua efetivação como Presidente da República, quando da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961.

Estes e muitos outros grandes serviços prestou Nelson Carneiro à Nação brasileira, que agradecida e comovida dele se despede neste dia.

Nelson Carneiro exerceu praticamente todos os cargos na hierarquia política e administrativa do País, chegando mesmo à Presidência da República, interinamente, no período em que presidiu o Senado Federal e o Congresso Nacional. Testemunho maior da honestidade e dignidade com que exerceu todos esses cargos é o fato de, ao despedir-se do Senado, ao final de seu último mandato, declarar que o item de maior valor constante de sua declaração de bens era um carro comprado de segunda mão.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1996. – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 64/96

Senhor Senador

Nos termos do art. 218, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ilustre ex-Senador Nelson Carneiro, ocorrido ontem, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 1996. – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL.

REQUERIMENTO Nº 65, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as

seguintes homenagens pelo falecimento do Ex-Senador do Congresso Nacional, Nelson Carneiro:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1996.

Senador **Bernardo Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) –

Os requerimentos lidos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^{rs} e S^{rs}. Senadores, trago na tarde de hoje a homenagem do meu Partido, o Partido da Frente Liberal – PFL, ao ex-Senador Nelson Carneiro.

Ainda parece que estou a vê-lo andando pelos corredores desta Casa, freqüentando com assiduidade as reuniões de Comissões e este plenário, trazendo a todos nós a luz de sua experiência e de seu vastíssimo conhecimento.

O Senador Nelson Carneiro era, na pura acepção da palavra, um humanista, um homem que tinha uma universalidade de idéias e que, com sentimento de brasilidade, amou a sua terra e por ela trabalhou ao longo de todos os anos de sua profícua vida.

Começou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Desde jovem participou, como orador do Centro Acadêmico Rui Barbosa, de diversas solenidades e de diversos momentos de glória dessa instituição.

Foi também professor. Lecionou Direito Judiciário Civil. A propósito, recordo-me das aulas dessa matéria, proferidas pelo hoje Ministro José Carlos Moreira Alves, que foi meu professor na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nelson Carneiro foi um jurista. Toda sua vida foi dedicada à advocacia e ao Parlamento.

Recordo-me, Sr. Presidente, eu ainda jovem e advogado, quando perambulava pelos corredores do fórum do Rio de Janeiro, de assistir ao Senador Nelson Carneiro, advogado que foi até os últimos anos de sua vida, entrar e sair de cartórios, defender e sustentar suas causas não apenas perante os juízes de Primeira Instância, mas também perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; sempre

com aquela maestria, com aquela galhardia, com aquele dinamismo. Vê-lo passar ou andar era como apreciar alguém ágil e lépido tanto física quanto intelectualmente.

Lições – e lições várias – aprendemos nós neste plenário, nesta Casa, da qual foi Presidente, conduzindo os trabalhos das sessões do Senado Federal e do Congresso Nacional com alto saber jurídico e com decisões como a própria Justiça: cegas e certas.

Nelson Carneiro foi um viandante: freqüentou, participando ativamente, diversos conclaves, reuniões e assembléias internacionais pelo mundo afora, elevando bem alto o nome do Brasil e do Parlamento brasileiro.

Teve atuação destacada na Constituinte de 1988. Foi um intransigente defensor dos direitos das mulheres, e há uma verdadeira plêiade de leis elaboradas por sua privilegiada inteligência, a partir mesmo da emenda constitucional que estabeleceu o divórcio em nosso País, do qual era um defensor inabalável.

Foi, portanto, uma honra e um privilégio participar dos trabalhos desta Casa tendo como colega o Senador Nelson Carneiro.

Sr. Presidente, estou fazendo 21 anos no Congresso Nacional – 21 anos não são dois dias! Cheguei à Câmara dos Deputados nos idos de 1975. Tempos idos e vividos. Horas difíceis, momentos alegres. Mas sempre participei, com muito orgulho, desta Casa, do Congresso Nacional e da Câmara dos Srs. Deputados.

Permita-me encerrar, Sr. Presidente, lendo dois trechos do livro Educação e Democracia, de minha autoria, no qual relato algumas das passagens que tive à frente das Pastas da Educação e da Cultura deste País; quando o Presidente da República era o eminente Senador José Sarney, atual Presidente do Senado Federal.

Antes de fazê-lo, porém, gostaria de lembrar alguns dos livros desse eminente homem público Nelson Carneiro. Através dos títulos, podemos verificar, à saciedade, que a sua cultura era indiscutivelmente vasta: Pela Paraíba; República de 29; O Movimento Constitucionalista na Bahia; Ressurreição Amazônica; Minha Oração aos Moços; Introdução ao Problema da Criança no Brasil; Quando o Casamento Religioso Equivale ao Civil; A Cassação dos Mandatos e suas Consequências Políticas; No Azul da Vida...; ABC da Mulher e o Divórcio; A Luta pelo Divórcio; A Instituição do Divórcio e as Razões que o Justificam; Oportunidade e Necessidade do Divórcio.

Dentre as diversas academias de letras e de letras jurídicas, S. Ex^a participou também, como membro honorário, da Academia Piauiense de Letras do meu querido Estado do Piauí.

Encerro, Sr. Presidente, lendo trechos do próprio Senador Nelson Carneiro, que é o autor do prefácio e da introdução deste modesto livro de minha autoria. O título é: **A Verdadeira Discriminação**. Diz com emoção:

"A velha amizade e a constante admiração que me ligam a três gerações de sua tradicional família explicam que me haja tocado a honra de ser o primeiro a ler os originais de **Educação e Democracia**: — do avô eminente, o Deputado Hugo Napoleão, que acompanhei na Constituinte de 1934, ao ilustre Embaixador Aluizio Napoleão, até o jovem Ministro da Educação, vitorioso no percorrer" — veja como generoso foi, Sr. Presidente —, "com marcado brilho, trajetória iniciada nos bancos acadêmicos, presidente do grêmio da faculdade, orador da turma, duas vezes Deputado Federal, governador eleito, senador, constituinte, presidente nacional do seu Partido.

Num momento em que afloram e se discutem tantas discriminações, uma há que realmente divide os brasileiros, onde quer que nasçam ou se criem, mais que a raça, o berço, o sexo, a cor, o estado civil, a fortuna. É a da educação, em seus múltiplos aspectos, o maior patrimônio das nações, alguns dos quais são expostos com a necessária crueza por Hugo Napoleão."

E conclui:

"Franco, sem meias palavras, corajoso é o depoimento de Hugo Napoleão, sobre os meses que ocupou o Ministério da Educação. Sem ser um educador, como ele próprio confessa, deixa, nas páginas que se seguem, o testemunho de que é "um homem preocupado com a educação, um homem de sensibilidade, como deve ser todo homem público, para perceber a dimensão e a importância desse setor, no todo da administração". Este, o seu dever. E ele o cumpre com galhardia e destemor."

Sr. Presidente, quem tem esse louvor é um homem que se sente satisfeito na vida. Receber de Nelson Carneiro as palavras que acabo de ler peran-

te esta Casa deixam-me emocionado e servem de profundo estímulo.

Envio meu luto aos cariocas pelo grande cidadão, pelo grande homem público, pelo grande advogado, pelo grande parlamentar; à D. Carmem, à Deputada Laura Carneiro, a toda a família.

Recordo, neste momento, uma indagação feita por Alexandre Magno a Aristóteles. Indagava ele do grande pensador e filósofo o que era mais importante, ser justo ou ser corajoso. "Ser justo", respondeu Aristóteles, "porque, sendo justo, se é verdadeiro e é corajoso". Nelson Carneiro era justo e era corajoso.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (—AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa sequência de oradores que falam sobre determinado assunto, geralmente o que fala depois sempre corre grandes riscos: de ser repetitivo, de não trazer coisas novas e, quem sabe, de acabar cansando quem o ouve depois de ter ouvido o discurso anterior.

No entanto, se não fosse o meu discurso, como amanhã se poderia aferir a beleza das palavras que acaba de proferir o Senador Hugo Napoleão? Se não houvesse um discurso mais fraco, menos denso, como avaliar um que contivesse o seu brilho? Talvez ficasse sozinho no seu registro, sem que alguém pudesse dizer: "Depois que falou o Senador Hugo Napoleão, não precisava mais que outro falasse".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, digo isso com muita sinceridade.

Claro que o perfil que V. Ex^a traçou — assim, a **vol doiseau**, faça-se o registro — conseguiu, na sua concisão, retratar de corpo inteiro quem foi Nelson Carneiro, inclusive lembrando a sua passagem pela Faculdade de Direito de seu Estado, onde concluiu seu curso com brilhantismo, chegando até aqui, à Constituinte. Portanto, não será aí que a comparação vai ser feita. Fujo de lhe traçar o perfil biográfico para não cometer equívocos que V. Ex^a não fez, mas sinto-me no dever, Sr. Presidente, de dar meu depoimento.

Quando cheguei à Câmara dos Deputados, garoto, na casa dos trinta anos, em 1967, encontrei Nelson Carneiro. Eu o admirava pela sua luta, quando Deputado Federal pela Bahia, a favor da implantação do divórcio, que ele não conseguiu ver vitoriosa àquela altura, porque havia sido derrotado pelo Monsenhor Arruda. Isso lhe custou a reeleição em

Salvador. Nelson Carneiro migrou, então, para o Rio, onde conquistou seu mandato.

Em 1967, eu, que já vinha como um admirador de Nelson, comecei a concretizar essa amizade, que foi muito forte e conseguiu vencer o tempo, a distância e o silêncio.

O silêncio se fez quando, em 1968, fui cassado, perdi meu mandato e dez anos de direitos políticos. Migrei, então, para o Rio de Janeiro, não mais convivendo com Nelson, senão depois, quando nos encontramos na Ordem dos Advogados do Brasil, no Instituto dos Advogados Brasileiros, onde ele era altamente respeitado. A diáspora, interrompida, cedeu lugar ao reencontro. A partir daí, no meu escritório de advocacia – e por isso faço o registro –, tive a honra de que ele me desse, num pedido muito fraternal, a sua filha Laura Carneiro para, ainda como estudante, lá estagiar. Depois de ter concluído o curso, ficou advogando como colega de escritório, de onde partiu para uma eleição de vereadora. Hoje, a Laura, a Laurinha, como ele a chamava, é nossa Deputada Federal.

Entre a Ordem dos Advogados e o Instituto, reencontramo-nos novamente na Assembleia Nacional Constituinte.

Este é o depoimento que quero dar.

Muitos dizem que Nelson foi grande na emenda do divórcio, que afinal conseguiu ver aprovada. Eu diria que ele foi maior no Estatuto da Mulher Casada, no Decreto nº 4121, quando conseguiu fazer a reserva da meação da esposa com aqueles bens que o marido dilapidava. Nesse caso, via-se a esposa, de uma hora para outra, nas agruras de quem não tinha como fazer o seu sustento.

Se foi grande na emenda, se foi maior por ocasião do 4121, foi incomparável na Assembleia Nacional Constituinte.

Às vezes, estávamos Ulysses Guimarães e eu, às três horas da manhã, no Prodasen, e lá adentrava Nelson Carneiro para fazer a defesa do que queria, com uma sinceridade ímpar. Talvez alguém pudesse fazer igual a ele, mas não com maior sentimento. S. Ex^a sempre se sobrepunha.

Como é que eu me poderia silenciar nesta tarde em relação ao requerimento, cuja autoria é do nosso Presidente, o eminente Senador José Sarney? Fiz questão de aderir, deixando meu pronunciamento para depois, Senador Hugo Napoleão, correndo o risco desta comparação: que vissem o brilho de uma lâmparina no meu discurso e o sol no discurso de V. Ex^a. Corro esse risco porque não quero deixar de dizer que Nelson Carneiro, que nasceu na

Bahia e depois adquiriu a cidadania do Rio de Janeiro, não pode ser chamado de baiano nem de carioca. Eu diria que ele é um cidadão do mundo e soube, ao final da sua vida, quando não mais lhe era possível ter, ver e sentir o seu mandato renovado, declarar à imprensa nacional: "Eis-me aqui pobre; meu patrimônio é um apartamento de valor reduzido e um carro de segunda mão, cuja venda não dá para pagar o meu caixão".

Esse homem merece o respeito não só desta Casa, merece a alegria daqueles que o viram, que o conheceram e o respeito das Câmaras por onde passou.

Sr. Presidente José Sarney, V. Ex^a, que conviveu com Nelson Carneiro, preside agora esta sessão em sua homenagem. Quero juntar às palavras do nobre Senador Hugo Napoleão a minha modesta contribuição e levar à família enlutada o sentimento de solidariedade. Praza aos céus que, no meu desempenho nesta Casa ao longo de mais sete anos, eu jamais tenha que ocupar a tribuna outra vez para fazer o registro que ora faço sobre um amigo que me foi muito caro.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais que estivéssemos espiritualmente preparados para receber a infausta notícia do falecimento do Senador Nelson Carneiro, não pudemos evitar o impacto emocional que ela nos causou, tal o sentimento de respeito, de estima e de admiração que todos tínhamos por ele, independentemente de partido ou de ideologia.

Digo que Nelson Carneiro foi um homem público exemplar, um político por vocação, o que é fundamental na consolidação do regime democrático e, sobretudo, no fortalecimento das instituições políticas e, portanto, dos partidos.

Nunca, em nenhum momento, desde que o conheci, ouvi qualquer palavra, vi qualquer gesto de Nelson Carneiro que pudesse levar alguém a suspeitar que S. Ex^a misturasse aquilo que não se pode suspeitar, isto é, os interesses da vida privada com os da vida pública.

Ele foi um homem voltado ao serviço do Estado – e tão-somente isso –, e todos aqueles que são

voltados integralmente para o serviço do Estado na carreira política, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podem até ser vítimas de injustiças, mas, no final das contas, sempre terminam pobres, como disse o nobre Senador Bernardo Cabral a respeito de Nelson Carneiro no seu brilhante depoimento. Ele só tinha mãos para servir ao povo e ao Estado que o elegia.

Acadêmico de Direito na Bahia, onde começou a assomar à tribuna como orador emérito; jornalista, escreveu páginas brilhantes nos periódicos do seu Estado, e, depois, no Rio de Janeiro, notadamente em *O Dia* e no *Jornal do Brasil*.

Fazia questão de salientar essa vocação de jornalista. E foi justamente esse misto de advogado, principalmente de grandes e nobres causas, e de jornalista combativo que fez com que ele ingressasse realmente na vida política, com aquela vocação a que me referi, e que hoje vai desaparecendo, Sr. Presidente. Poucos são os homens, hoje, que fazem política por vocação.

As coisas vão mudando aos poucos, de tal sorte que temo que no Brasil, daqui a algum tempo, tenhamos a mesma democracia de cunho empresarial dos Estados Unidos da América, onde não é propriamente o povo que se representa na Câmara dos Deputados, mas, sobretudo, os vários segmentos da economia daquela grande nação. Somos diferentes porque somos uma Nação de origem latina. Por isso, tínhamos o ex-Senador Nelson Carneiro, que chegou à Câmara dos Deputados duas vezes pelo seu Estado natal, a Bahia. Depois, como lembrou o Senador Benedito Cabral, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi eleito e reeleito Deputado Federal por mais três vezes para, em seguida, ter três mandatos de Senador. Tanto na Câmara como nesta Casa, pontificou como um dos Congressistas mais assíduos e mais brilhantes, já na sua idade provecta, caminhando lentamente - parece que o vemos entrar neste plenário -, mas sempre com o discurso na ponta da língua, com um requerimento ou com um projeto a apresentar. Tanto assim que, aos 85 anos, já anunciava a sua candidatura à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pois pretendia eleger-se Vereador, o que nunca fora antes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse homem público realmente merece o nosso respeito, a nossa estima, a nossa admiração.

Deputado Federal, Constituinte e Senador, a sua luta foi, sobretudo, voltada para as grandes causas do povo e, especialmente, para as questões so-

ciais, principalmente para as alterações fundamentais do nosso Direito de Família.

Foi ele quem teve a coragem e a determinação de levantar o dedo e a voz e enfrentar o clero, num embate de alto nível com o velho Monsenhor Arruda Câmara, que terminou vitorioso com a introdução do divórcio na legislação civil brasileira.

Quero, aliás, fazer uma confissão: certa vez, Nelson Carneiro e eu refletíamos a respeito da proposta de emenda constitucional que instituiu o divórcio no Brasil, quando ele me disse que a proposta só foi aprovada graças à maioria maciça que obteve entre os representantes do Nordeste e do Norte. Por incrível que pareça, Sr. Presidente, várias vezes fizemos essa reflexão e terminamos por concluir que, diante da luta da Igreja contra o divórcio, realmente os Parlamentares do Centro-Sul e do Sudeste eram mais conservadores, porque ali também a Igreja era mais conservadora. No Nordeste e no Norte, a Igreja Católica sempre se voltou mais para as questões sociais, para a defesa dos direitos do chamado "o povo de Deus", defendendo as grandes causas, como, por exemplo, a reforma agrária.

O fato é que foi o Nordeste e o Norte que garantiram a aprovação do divórcio na reforma constitucional, que levou Nelson Carneiro a sua maior vitória de homem público e o consagrou no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não ficou aí a preocupação de Nelson Carneiro com a questão social e, sobretudo, com o Direito de Família. Logo em seguida, S. Ex^a iniciou sua luta para assegurar os direitos, inclusive à pensão, das concubinas, aquelas que tivessem uma união de mais de cinco anos, para assegurar o direito à pensão dos filhos de qualquer condição, inclusive com emendas que depois subscreveu na Assembléia Nacional Constituinte e que obtiveram parecer favorável do Relator, o Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a, na época, garantiu que, promulgada a Carta Magna que hoje vigora, não se poderia mais falar, no Brasil, em filhos ilegítimos. Hoje, todos são filhos, com os mesmos direitos, com os mesmos deveres.

Pois esse é o Nelson Carneiro que encontrei na Câmara dos Deputados, logo que cheguei, aos 29 anos, ainda no velho Palácio Tiradentes, e foi o Nelson Carneiro que acompanhei a vida inteira. Depois, junto com os cardeais do PSD - Amaral Peixoto, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e outros grandes companheiros da época -, à frente do partido, das decisões do Congresso, e eu, da ala jovem, mais embaixo, às vezes divergindo, como ocorreu,

por exemplo, no caso da reforma de 1961, quando João Goulart chegou à Presidência da República, ele que tinha sido aliado do PSD, pelo PTB. Enquanto a cúpula do meu partido, com Nelson à frente, divergia, ficando com uma posição conservadora no plano econômico, eu estava com os meus companheiros aprovando as reformas, sobretudo a reforma agrária, que considerava, como considero, fundamental para a reestruturação da economia brasileira. Mas sempre nos respeitamos. Às vezes, tínhamos essas divergências, mais de caráter ideológico, fruto talvez da diferença de idade, mas a admiração por ele era sempre a mesma.

Mais adiante, reencontramo-nos na grande luta pela fundação do MDB, partido que foi fundado por nós, ali, no 27º andar do Anexo I do Senado Federal, para resistir ao golpe militar de 1964. Não era um partido de oposição aos governos militares, era um partido de oposição ao regime militar. E nós estávamos lá – eu, na Câmara, e Nelson, no Senado. Eram sete Senadores do MDB na época, porque ninguém queria se inscrever no MDB; poucos pretendiam resistir.

Nelson aqui foi Líder, comandou a sua Bancada, sempre se projetando, continuando a sua luta. Teve uma grande participação, dada sua experiência notável no campo internacional como Presidente não só do Grupo Brasileiro da Interparlamentar, ou do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, mas como Presidente do Parlamento Latino-Americano a nível continental, com grande atuação em todos esses colegiados.

Posteriormente, já alquebrado, mas sempre muito lúcido, pois a doença veio e ele a combateu, chegando a ir ao exterior várias vezes. Venceu a doença. Tanto venceu que continuou Senador reeleito, chegou à Presidência do Senado, onde se distinguiu pela sua dignidade, pela sua competência e deixando a todos a impressão de que o Nelson Carneiro de ontem era o mesmo Nelson Carneiro de então.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, deixo aqui, em nome da Paraíba que tanto o admirava, em nome do Nordeste que sempre o reverenciou, o meu preito de imensa saudade a Nelson Carneiro. E envio – o que já fiz por telegramas – à Dona Carmem Carneiro, sua esposa, e aos demais familiares, sobretudo à Deputada Laura Carneiro, o meu demorado e sentido abraço de profundo pesar.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Ney Suassuna – Senador Humberto Lucena, como paraibano, também me solidarizo, através do seu discurso, aos pêsames pela morte do Senador Nelson Carneiro. Lembro-me de que, na despedida de S. Ex^a desta Casa, eu o apartei para ressaltar que era impressionante a imagem que muitos políticos paraibanos, leitores de seus artigos, tinham a respeito dele: achavam que se tratava de uma pessoa já de idade bem madura, quando ainda era jovem. Inclusive, quando S. Ex^a, na condição de jornalista, havia ido à Paraíba, mostrou a lucidez que tinha ao declinar o nome de todos os políticos paraibanos com quem teve contato naqueles idos da década de 20 e 30. Foi surpreendente! Fiquei estarecido ao ver como a sua memória estava em plena função. Sou grato a ele, porque muitos dos ensinamentos políticos que temos na Paraíba – e temos até hoje grandes políticos na Paraíba, um Estado pequeno, porém de uma classe política bem determinada e bem afeita à política – devemos ao conselheiro que foi S. Ex^a, através dos seus artigos, de muitos dos antigos políticos do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA Agradeço a V. Ex^a a sua solidariedade e termino, Sr. Presidente, dizendo que Nelson Carneiro desapareceu objetivamente do nosso meio, mas, sem dúvida, o seu espírito, que é imortal para todos nós, pelo menos para a grande maioria de todos nós, certamente continuará conosco, inspirando-nos, para que o seu exemplo multiplique as vocações políticas no Brasil, sobretudo entre as novas e as novíssimas gerações.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de trazer aqui a minha palavra de carinho, de afeto, de amizade à figura de Nelson Carneiro.

À margem da figura do homem, era profunda a ligação pessoal que eu tinha com Nelson Carneiro. Nós, lá do Rio Grande do Sul, nas horas mais difíceis, nas horas mais amargas, nos identificávamos com alguns nomes do Partido em nível nacional: Dr. Tancredo, Nelson Carneiro, Dr. Ulysses Guimarães.

É com pesar que vemos uma geração que cumpriu a sua tarefa nos deixar: Tancredo, Ulysses, Teotônio, Nelson Carneiro. Essa foi uma geração que dignificou, abrihantou e honrou este Congresso

Nacional. Se analisarmos, veremos que foi uma geração que teve desempenho numa longa etapa da vida política brasileira e que serve de exemplo e de biografia a ser seguida por todos nós. De todos eles, o que teve a luta mais antiga, mais fecunda e mais profunda foi Nelson Carneiro.

Ele contava várias vezes um episódio de quando era jovem, jornalista: a campanha pela Constituinte de 1934. Ele, jovem político, na campanha em que Armando Salles e José Américo competiam para uma eleição que não houve em 1937. Ele contava que estava no Palácio Piratini, no Rio Grande do Sul, com o candidato de oposição, Armando Salles, quando alguém da comitiva entrou naquele palácio, eufórico, para dizer: – "Já ganhamos! José Américo renunciou!" E Mangabeira, presente, virava-se para Armando Salles dizendo: – "Devemos voltar logo para o Rio, porque se José Américo, candidato oficial do Governo, saiu, é porque algo de grave está acontecendo, provavelmente, essa eleição não sai – como não saiu. Nunca esqueço como S. Ex^a lembrou esse episódio nesta Casa.

Sr. Presidente, nessas questões da vida, tenho muito medo quando se faz a mídia de um lado e de outro. Naquela eleição, quando V. Ex^a e Tancredo Neves disputaram com o Sr. Paulo Maluf, com todo carinho, com toda amizade que tive e tenho pelo nome e pela memória do Dr. Tancredo, na verdade, a mídia colocou o Dr. Tancredo como Deus e o Dr. Maluf como o diabo. Eu, que participei daquela caminhada, que coordenei dentro do meu Partido aquela luta, hoje, muitas vezes venho dizendo que faço o meu mea culpa. Não penso que o Sr. Maluf era o diabo. Era uma pessoa de quem podíamos discordar, divergir, mas era um político e empresário cuja fortuna é conhecida, pois veio do seu pai, e há muito tempo possui a sua empresa. Dele se pode divergir, mas se deve respeitá-lo. Isto que estou dizendo agora, que é fácil de dizer, Dr. Nelson Carneiro disse daqui, da tribuna, quando havia uma guerra de desmoralização contra o Sr. Maluf, o que o estava levando a renunciar a sua candidatura, e chamava a atenção dos colegas: "Sou amigo e sou irmão de Tancredo, vou votar no Tancredo, mas quero salientar dois fatos: primeiro, a minha gratidão pelo Sr. Paulo Maluf, porque me ajudou no meu momento mais dramático, e devo-lhe a minha vida."

Nunca me esqueço disso. Em meio ao Carnaval, por coincidência, estava eu no gabinete do Dr. Ulysses Guimarães, na sua casa, em São Paulo, quando a filha e a esposa de Nelson Carneiro telefonaram desesperadas, dizendo que os médicos di-

ziam que não havia mais solução, que tinham dado como definitiva a morte de S. Ex^a, mas que elas não acreditavam e perguntavam ao Dr. Ulysses o que poderia ser feito, porque em São Paulo deveria haver melhores prognósticos, melhores possibilidades do que no Rio de Janeiro.

Dr. Ulysses, eu e D^a Mora ficamos apavorados, sem saber o que fazer, até que alguém teve a idéia de telefonar para o Governador, Paulo Maluf, o qual, na mesma hora, disse para não nos preocuparmos. Mandou um avião ao Rio de Janeiro, que trouxe Dr. Nelson Carneiro. S. Ex^a estava esperando-o no aeroporto, levou-o para o hospital e, durante dois meses, ele e a esposa, permanentemente, visitavam Nelson Carneiro, que ficou totalmente recuperado.

Nelson Carneiro contou essa história desta tribuna, dizendo: "Sou eternamente grato ao Sr. Paulo Maluf, mas vou votar em Tancredo Neves, porque voto não é gratidão, voto é uma questão de consciência; o Brasil está numa época de transição, e Tancredo Neves representa isso. Mas quero chamar a atenção de V. Ex^{as} para o fato de que estão cometendo um grave equívoco, porque essa campanha de difamação do Sr. Maluf, que já está derrotado, deveria ser substituída por uma campanha de consolidação da candidatura do Sr. Maluf, mostrando que perder não é vergonha. Porque, ele renunciando, não sei se, como em 37, atrás dele não vai a candidatura do Dr. Tancredo."

Aprendi a respeitar esse homem, que era uma linha reta na sua maneira de ser. Poderá se dizer que mudou de Partido. Perdoem-me a sinceridade, mas eu, que nunca mudei de Partido – porque só saí dos Partidos que foram dissolvidos e fui para um Partido que foi a continuação do que saiu –, respeito, muitas vezes, pessoas que são obrigadas a mudar de Partido para manter a sua identidade. Nelson Carneiro manteve, permanentemente, a sua identidade.

Sr. Presidente, digo, com certa emoção: Tancredo, Teotônio, Ulysses, Nelson – se olharmos esses nomes que simbolizam uma geração que passou por este Congresso, vamos verificar que era uma geração de homens públicos. Podiam ter errado, podiam divergir, podiam ter as idéias mais diferentes, mas era uma geração de políticos com "P" maiúsculo. Era uma geração de vocacionados para a vida pública, que a ela se dedicavam.

Desses todos, o mais simples, o mais singelo, o mais sacerdote, era, indiscutivelmente, Nelson Carneiro; o mais despreocupado consigo, pessoalmente, e preocupado com o social. A preocupação

dele com o social, com a mulher, com as crianças, com os menores, com a família e com a sua organização era permanente. Ele tinha coragem de enfrentar as situações.

Agora, parece até piada lembrarmos que houve uma época, no Brasil, em que falar sobre divórcio era palavrão, provocava a excomunhão e a ida para o inferno; houve uma época, neste Brasil, em que se falar sobre concubina era uma coisa absurda, absolutamente incompreensível e irracional; houve uma época, no Brasil, em que se falar sobre adoção e que o filho adulterino tinha direitos, porque era gente, tinha alma, sentimentos e personalidade, era algo de ridículo neste País.

As suas leis foram voltadas para isso, para a organização da sociedade, do lar, independentemente de ter a bênção de Deus ou a bênção da sociedade, desde que fosse formado por duas pessoas que se amassem, que vivessem e que se constituíssem como tal.

Nelson lutou todos os dias. Era emocionante. Digo, com toda sinceridade, que desde o início era emocionante – a dedicação, o carinho, a vontade com que S. Ex^a apresentava novos projetos de lei! O Nelson falava como se fosse durar a vida inteira!

Hoje, falo com muita mágoa, porque, quando lhe prestei uma homenagem, desta tribuna, nunca imaginava que S. Ex^a não seria reeleito, que o Rio de Janeiro não lhe daria o voto para voltar a esta Casa – ele tinha esse direito! Nunca sonhei, nunca me passou pela cabeça que o Rio, que consagrou Nelson tantas e tantas vezes, não lhe desse o voto.

Eu disse, desta tribuna: não sei se estarei aqui no ano 2000. Tenho certeza de que Nelson estará e, se eu não estiver, peço a ele que me represente, porque ele significa e significará, nessa mudança de século, exatamente o conceito entre o velho e o novo, entre uma sociedade que era e a sociedade que vai ser, a nova família da organização social brasileira.

S. Ex^a tinha enorme dedicação e disposição para o trabalho! Falava como se não fosse morrer! Os projetos que apresentava, as causas que defendia, a dedicação que tinha era a dedicação de um homem como deve ser! Dizia S. Ex^a: "Vivo como se fosse viver eternamente. Luto, pratico a minha ação, como se fosse morrer amanhã, mas executo as minhas missões, busco o trabalho, como se fosse indefinidamente permanecer".

Nelson era isso. Era um homem que viveu, que lutou, que se dedicou, que tinha a humildade de ir de gabinete em gabinete, já praticamente no seu final,

arrastando os pés, colhendo as assinaturas para as emendas que entendia importantes.

Era emocionante; S. Ex^a tinha uma central de correspondência; mandava as suas cartinhas e uma espécie de boletim de suas atividades para milhares de pessoas, principalmente na Bahia, sua terra, a qual sempre dedicou tanto carinho, e no Rio de Janeiro. S. Ex^a recebia uma infinidade de sugestões. Eu poderia dizer que o Nelson foi o ouvidor da sua gente. Por ter sido eleito, não pensava ser o tal: "Eu sou Senador da República. Eu vou fazer pelo povo, e o povo que fique esperando". Não. Eu lia os seus boletins onde ele pedia sugestões, orientação, que o povo lhe mandasse idéias, porque ele gostaria de levá-las adiante. Inclusive, havia pessoas que se dedicavam a fazer estudos e a mandarem para Nelson Carneiro, e a tudo ele respondia com carinho, com afeto e com respeito.

Vejam V. Ex^{as}, como foi dito aqui, Agapito Du-
rão, personagem que ele criou na sua fantasia, volta e meia, ele apresentava para, no traço da ironia, dizer aquilo que ele colocava em sua boca. O Agapito me ensinou muito, Sr. Presidente, porque ele, Nelson, era o digno e era o sério, mas o Agapito era quem mostrava o outro lado. Quando começaram a fazer as privatizações, o Agapito lhe chamou atenção e ele leu a sua carta. "Eu e Nelson Carneiro precisamos de mais seis Senadores para fazermos uma sociedade e ficarmos milionários. Porque nas privatizações que estão sendo feitas – aquela primeira de Minas Gerais – de acordo com o que está ali, bastam sete pessoas se reunirem, se organizarem na forma de capital, ganharem, pegarem o dinheiro e passarem adiante". É claro que esse era o Nelson debochando, não era o Nelson de coração.

Nelson Carneiro tinha paixão por viajar. Falou-se muito bem aqui que ele era um cidadão do mundo e não viajava para passear. Hoje, pela manhã, Ronan Tito contava que participou com S. Ex^a do Parlamento Latino-Americano e, quando entrou, Nelson Carneiro foi aplaudido de pé. Ronan Tito não conseguiu entender por que S. Ex^a era aplaudido de pé por aquela multidão de Parlamentares de toda a América, de Portugal e Espanha. E eles lhe explicaram que Nelson Carneiro era um dos responsáveis pela existência do Parlamento. Foi um dos lutadores, desde a primeira hora, para que esse Parlamento tivesse existência, foi o nosso presidente e era praticamente um presidente permanente.

Então, se formos analisar as grandes causas, nelas iremos encontrar Nelson Carneiro. Que amor ele tinha pela sua Bahia! Quando não se elegeu Se-

nador, fez questão de ir ao Senador Josaphat Marinho e dizer-lhe que gostaria de prestar uma homenagem a S. Ex^a e à Bahia: passar-lhe o seu gabinete, se o Senador aceitasse. O Senador Josaphat Marinho, emocionado, contou-nos esse episódio e recebeu o gabinete.

O Senador Nelson Carneiro era muito respeitado no Rio de Janeiro. Andei muitas vezes com ele naquela cidade. Era impressionante a identificação e o carinho que as pessoas tinham por ele.

Mas, olha, Sr. Presidente, desta vez, Deus foi injusto! Perdoem-me! Devemos aceitar os desígnios de Deus, pois Ele sabe o que faz. E claro que sei disso, por amor de Deus! Nós todos devemos saber os desígnios que nos conduzem pelo imprevisível, mas digo que foi uma pena, porque que lição de vida, que lição de beleza o Senador Nelson Carneiro daria ao Brasil na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro! Em primeiro lugar, que votação espetacular ele teria e que exemplo daria com os seus 86 anos – que completaria no próximo ano – na Câmara de Vereadores, com a mesma garra, com a mesma competência de sempre. Quando ele falava conosco, nos contava que já estava preparando os projetos, porque o Rio precisava, a começar pela violência, a continuar pelos menores atirados, abandonados, esquecidos e indo adiante tendo coragem de enfrentar os morros e aceitar aquele desafio. A última vez que conversamos, S. Ex^a apresentou uma plataforma de candidatos a vereador que eu chorei. Uma plataforma de candidatos como se Nelson Carneiro fosse durar 200 anos. Uma plataforma verdadeira, preocupada com o social, preocupada com os humildes.

Não vamos ver jamais nos milhares de discursos, nas centenas de leis de Nelson Carneiro nada que não tenha o cunho do social, do humano, da gente, do menor, da esposa, da família, da sociedade na sua organização, dos que estavam por baixo. Tenho dito muitas vezes que nós aqui, neste Senado e neste Congresso, temos de ter muito cuidado, porque, de certa forma, temos contato com a nossa classe. E nós somos o quê? Classe média alta ou até alguns – não digo isso com inveja, até com um pouco de mágoa, mas com respeito e não crítica – da classe alta e que são grandes proprietários.

Não são muitos aqueles que, quando vão a sua cidade – eu, por exemplo, quando vou a Porto Alegre não sou daqueles que vão nas vilas, nos bairros –, convivem com os mais humildes. Estes, geralmente, não conseguem vir aos nossos gabinetes. Pois Nelson Carneiro, com os seus 85 anos de ida-

de, teve uma preocupação com essas pessoas e estava se preparando para ser vereador pelo Rio de Janeiro para poder olhar por essas pessoas.

O Rio de Janeiro teria uma bela lição se pedisse à D. Carmem ou a sua querida filha, D. Laura, os estudos que Nelson Carneiro estava fazendo para a sua plataforma como vereador.

Trago a minha palavra de carinho, a minha palavra de respeito. Mas a mim, Sr. Presidente, magoa-me ver que com a morte de Nelson, praticamente, essa geração de grandes lideranças políticas, de condutores, de pessoas que fizeram a história – e não foram apenas partícipes, pois eles conduziram e fizeram a história – deixa de existir. Nelson é esse nome. É esse vulto que morre.

Não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, que já ficamos menores com a não vinda para esta Casa de Nelson. Somos, ainda, menores com a não convivência, nesta terra, com o grande Nelson. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, nesta tarde, temos a oportunidade de ouvir os grandes oradores fazerem uma merecida homenagem ao grandioso homem que foi Nelson Carneiro. Portanto, eu não deveria ter esta oportunidade, haja vista que minha introdução na política se deu em 1990, apenas há 4 anos. Sou, nesta Casa, na atual Legislatura, um dos Senadores mais jovens. Mas prefiro correr os riscos, como tão bem colocou o Senador Bernardo Cabral, em sua magnífica oratória, do que deixar de manifestar a minha homenagem também à família de Nelson Carneiro, ao povo da Bahia e ao povo do Rio de Janeiro.

Faço-o, portanto, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, em meu próprio nome, mas faço-o também em nome de lideranças do PDT que conviviam de perto com Nelson Carneiro, como o Dr. Leonel Brizola, o Senador Darcy Ribeiro, que, neste momento, não se encontra em plenário, mas tenho certeza de que, do fundo do seu coração, está prestando também a homenagem merecida a Nelson Carneiro.

Não tive oportunidade de conviver com Nelson Carneiro, mas pude, de certa forma, acompanhar a sua trajetória política e conhecer aspectos consideráveis da sua vida pública. E mesmo se não tivesse tido acesso a essas informações, o que já pude adquirir nas aulas que foram dadas pelos oradores que me antecederam foi suficiente para que pudesse en-

tender quem foi Nelson Carneiro e a contribuição que deu ao Brasil, ao Rio de Janeiro e ao seu Estado, a Bahia.

Nesta oportunidade, gostaria de, além de prestar as minhas sinceras condolências e votos de pesar, exaltar duas qualidades de Nelson Carneiro, que já foram muito bem referidas pelos demais oradores, mas que gostaria de deixar registradas mais uma vez no meu pronunciamento: a humildade de Nelson Carneiro, expressa na sua vontade de servir, mesmo aos 85 anos de idade preferia continuar servindo o povo – neste caso, no Rio de Janeiro –, com um mandato que muitos de nós não ousaríamos voltar a assumir, que é o mandato de vereador, por onde se começa praticamente a carreira política; a outra qualidade de Nelson Carneiro é a sua grande sensibilidade humana, expressa claramente nos seus projetos, sempre na luta pelas crianças, pelas mulheres, pela família, até então de certa forma desprotegidos pela legislação.

A sensibilidade de Nelson Carneiro ficou exaltada ainda mais no momento em que ele perdeu as últimas eleições e derramou lágrimas, demonstrando toda a sua emoção pela perda da oportunidade de continuar servindo ao Brasil como Senador da República.

Acredito que essas duas qualidades, que certamente Nelson Carneiro poderia dispensá-las, porque não se tornaria menor, ajudaram a completar o perfil de homem público, sensível às questões nacionais, de um homem que contribuiu certamente para melhorar o padrão e as condições de vida do povo brasileiro.

Era essa a homenagem que tinha a prestar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, esta homenagem que estamos a prestar a Nelson Carneiro é, de certa forma, paradoxal.

É natural que, quando as pessoas desapareçam, o sentimento seja de profundo pesar; e o que estamos a assistir pelas manifestações dos diversos colegas do Senado Federal dando seu testemunho a respeito da vida de Nelson Carneiro, permita-me, Sr. Presidente, é quase o contrário. Parece que Nelson Carneiro está presente, parece que Nelson Carneiro não desapareceu e está a receber do Senado a homenagem que merece. Senti isso pelas palavras de diversos colegas, festejando a vida de um homem

que se inseriu definitivamente na paisagem e na história da vida pública brasileira.

Não tenho, Sr. Presidente, os recursos que alguns colegas puderam usar nessa homenagem a Nelson Carneiro. Não posso dar o testemunho do Bernardo Cabral, ao se referir sobre a participação de Nelson Carneiro na Constituinte. Não posso recorrer ao passado, como fez Humberto Lucena, a dar testemunhos de fatos em que teve oportunidade de participar; ou de alcançar o brilho da oratória de Pedro Simon, a contar, também, fatos e dados a respeito da vida de Nelson Carneiro.

Quando cheguei ao Congresso Nacional em 1975, Nelson Carneiro, para mim, era um dos monstros sagradas da vida pública brasileira. E não tive, Sr. Presidente, o privilégio que tantos tiveram de conviver de perto e poder dar o seu testemunho.

Recordo-me, sim, Sr. Presidente, e me permito dizer que a primeira vez que vi Nelson Carneiro pessoalmente, foi em 1972. Eu era, então, Deputado Estadual e vim bem para perto desta tribuna onde falaria Nelson Carneiro em uma Convenção Nacional do PMDB. Eu fazia parte do que se chamava grupo autêntico do PMDB, daqueles que desejavam uma posição mais firme para o PMDB na sua oposição ao Governo. E percebi alguns aspectos que são naturais da vida pública e da vida política, alguns companheiros a apupar Nelson Carneiro, porque S. Ex^a defendia um tipo de estratégia que o PMDB deveria utilizar. Recordo-me bem quando Nelson Carneiro desta tribuna disse a um grupo do Partido que lhe dirigia algumas considerações que não eram justas:

"Tinha tudo para ter ficado do outro lado. Eu era contra o Governo que caiu em 64. Tinha, portanto, tudo para fazer parte e apoiar o Governo militar. Mas fiz questão, como democrata, de atravessar e fundar o MDB, e participar da luta de oposição ao regime de arbítrio."

Foi a primeira vez que ouvi pessoalmente Nelson Carneiro falar.

Sr. Presidente, nesta festa em que se transforma, por paradoxal que seja, a homenagem de pesar pelo desaparecimento de Nelson Carneiro, quero festejar. Se é que os espíritos, depois que saímos deste mundo, podem assistir, Nelson Carneiro haverá de estar festejando, festejando a sua passagem pela terra, festejando o privilégio de poucos, de serem reconhecidos em vida, porque tantos na história deste País e na história do mundo não têm a felicidade, que seguramente teve Nelson Carneiro, de ser festejado em toda parte; em qualquer lugar que aparecesse, invariavelmente os brasileiros o reco-

nheciam, não só o político, mas reconheciam a sua luta, a dimensão das lutas pelo direito, a dimensão da luta pela democracia, a dimensão, enfim, do que nós chamaríamos um macro da vida pública brasileira. Mas sabia também que o macro da vida pública brasileira residia na família e daí ter S. Ex^a dedicado – como foi dito aqui – fundamentalmente a sua vida de legislador aos avanços que aí estão na legislação da família.

Não cansarei, Sr. Presidente, até porque não tenho recurso, não tenho talento nem fui testemunha, para poder dizer um a um, como já foi dito todos os avanços no campo do Direito de Família que Nelson Carneiro promoveu.

Por isso mesmo, venho à tribuna em nome da liderança do PMDB, não para apresentar pesar, mas para festejar como político; nós políticos que naturalmente e até pelo contraditório que é a base da vida pública, não somos tão compreendidos ou bem compreendidos a festejar – hoje festejamos um dos exemplos de homem público neste país, o homem que foi fundamentalmente político e que exerceu fundamentalmente o cargo como legislador no Brasil: Nelson Carneiro.

Quero fazer uma referência final, Sr. Presidente, nesta minha homenagem. Quando se noticia aqui que Nelson Carneiro, depois de ter alcançado a Presidência do Congresso Nacional, estava disposto a disputar a eleição para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, fico pensando que ele, já em idade propecta – 85 anos – disputar, começando por onde quase todos nós começamos, pela Câmara de Vereadores é constatar, Sr. Presidente, que Nelson Carneiro não morreu velho.

Repiro aqui o que outros já disseram: só morremos quando perdemos a capacidade de participar, quando perdemos a capacidade de indignação. Nelson Carneiro, seguramente, sentia a necessidade de continuar participando. E sentia mais do que isso, Sr. Presidente, a necessidade de se indignar nesta sociedade que necessita ainda de tantas reformas.

A nossa homenagem, Sr. Presidente, ao grande brasileiro que foi Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, junto a minha voz à de outros Senadores e de tantos brasileiros que, neste instante, lamentam e choram o desaparecimento do Senador Nelson Carneiro. No meu caso, em particular, porque Nelson Carneiro

era baiano e um baiano que nunca esqueceu a sua terra, mesmo quando exercendo mandato outorgado pelo povo do Rio de Janeiro.

Nelson Carneiro, filho de um professor da Faculdade de Engenharia da Bahia, homem pobre, desde cedo demonstrou pendor pela política e se ligou por admiração ao ex-Governador da Bahia, José Joaquim Seabra. Daí, participou do Movimento da Aliança Libertadora Nacional e entrou em grandes lutas daquela época, sendo, em 1932, deportado para o Rio de Janeiro com um grupo de estudantes do nosso Estado. Foi para o Rio de Janeiro mas sempre preso à Bahia, sempre ligado à sua terra, sempre pensando em voltar à terra para trabalhar no jornalismo e fazer política no seu Estado. Ligou-se à região do cacau, onde foi advogado, criando raízes profundas com aquele solo abençoado da Bahia, sendo o intérprete legítimo de todas as aspirações do sul do Estado. E, no jornalismo, era figura de destaque do jornal mais importante do Nordeste baiano: *A Tarde*. Com isso, pôde, sem dúvida, ser candidato quando a democracia voltou a funcionar no País em 1945 para a Constituinte de 1946, sendo suplente a atuar logo depois que Octávio Mangabeira foi para o governo do Estado. Reelegeu-se Deputado Federal; posteriormente ao deixar de ser eleito, foi ser candidato, pelo Rio de Janeiro, onde fixou residência e onde já era advogado. Fomos colegas, Sr. Presidente – V. Ex^a e eu –, de Nelson Carneiro na legislatura de 1958 e vimos a sua presença marcante no Congresso. Já não era o estudante revolucionário mas um parlamentar atuante, defendendo as causas da liberdade na UDN depois no PL, mas sempre com o espírito voltado para, como foi salientado nesta Casa, o Direito de Família que ele procurara estudar, sobretudo à fraterna amizade que o ligava a Orlando Gomes, uma das maiores figuras do Direito Civil e do Direito Trabalhista do País. Com essa amizade fraterna e tendo até a mesma idade de Orlando Gomes, ambos produziram até livros e trabalharam também na advocacia, conjuntamente, o que foi muito útil para a vida de Nelson Carneiro, levando-se em conta o grande jurista que era Orlando Gomes.

Como Deputado, o êxito foi tão grande que não demorou a promoção de Nelson para o Senado, onde foi reeleito três vezes Senador pelo Rio de Janeiro, não deixando de exercer o jornalismo, porque o jornalista que ama o seu jornal, nunca abandona o jornalismo, mesmo exercendo qualquer das profissões. V. Ex^a mesmo, Sr. Presidente, é uma prova disso.

Portanto, estamos aqui a homenagear o grande parlamentar da Bahia, o grande parlamentar pelo Rio de Janeiro mas, sobretudo, o grande parlamen-

tar do Brasil. Quando o Senado faz essa homenagem, tenho certeza de que outras virão. Quando Nelson Carneiro não foi reeleito, a sociedade brasileira, pelos seus mais diversos segmentos, prestou-lhe inúmeras homenagens. Haveria de ser na Bahia, talvez, a maior delas.

Nessa ocasião, o Senador Josaphat Marinho foi intérprete dos sentimentos dos baianos e, em uma oração excepcional em que o valor do mestre Josaphat, mais uma vez, se fez sentir, traçou o perfil do grande brasileiro que hoje deixa a vida, esse sim, para entrar para a eternidade, deixando um exemplo de dedicação, de amor ao trabalho e à vida pública no nosso País.

Portanto, no dia de hoje, Sr. Presidente, quando o Senado da República presta esta homenagem, sinto-me, como baiano, também recebendo-a. A homenagem é feita a um baiano dos mais eminentes, a um brasileiro que soube defender os mais humildes, com coragem, enfrentando todos na sua luta pelo divórcio com denodo e pertinácia não comum nos homens públicos.

Qualquer outro teria desistido, tais e tantas foram as pressões, mas ele não desistiu, até que foi o vencedor. E, como vencedor, soube ter a grandeza de não tripudiar sobre o vencido, continuando sua luta e buscando outros direitos para as minorias, no caso as famílias mais pobres, mais humildes, que necessitavam e ainda necessitam de apoio no nosso País.

Quando V. Ex^a presta, em nome do Senado da República, essas homenagens ao nosso Colega que ontem faleceu, esta Casa interpreta fielmente a vontade do povo brasileiro. Por isso mesmo, estou aqui, em meu nome, para participar, como baiano e como brasileiro, dessas mesmas grandes homenagens.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, disse o grande brasileiro Guimarães Rosa que morremos para provar que vivemos.

Nelson Carneiro não precisava morrer para provar que viveu; basta contemplarmos seu trabalho pelo Brasil para verificarmos que durante sua vida ele prestou muito serviço ao nosso País.

Baiano, nascido em 08 de abril de 1910, em Salvador, iniciou a vida pública como Deputado Estadual pela Bahia, depois de se formar em Direito e militar na Justiça brasileira. Em seguida, quando houve a criação do então Estado da Guanabara, eleger-se Deputado Estadual Constituinte; posterior-

mente, Deputado Federal, veio para Brasília. Aqui chegando, com sua cultura jurídica, seu conhecimento e habilidade política, logo em seguida a sua posse, foi guindado a Vice-Líder do então MDB. Como Vice-Líder do Partido demonstrou autenticidade e oposição ao regime militar.

Eleito Senador da República, em 1970, só deixou esta Casa no dia 31 de janeiro de 1995, ao concluir seu terceiro mandato senatorial. Por 24 anos ele se fez presente, permanentemente, neste Senado Federal, e, hoje, estamos aqui a lamentar sua morte, seu passamento.

Quero dizer que minha família e eu tivemos a oportunidade de conviver com a simpatia e o carinho do Dr. Nelson Carneiro. Ainda, há poucos dias, num jantar com sua filha, Deputada Maria Laura, fui colocado a par dos últimos momentos de dificuldades que vivia o Dr. Nelson Carneiro com relação a sua saúde. Profundamente ligado a ele por laços de amizade pessoal, tive ocasião de dizer a ela do sentimento de que estamos todos tomados pelo seu sofrimento nesse final de vida.

Homem de luta, liderou a Bancada da Oposição do MDB durante vários anos; quando ninguém queria ser MDB no Brasil, Nelson Carneiro foi um dos primeiros a assinar a criação do Partido. Homem de conhecimento jurídico dos mais elevados, brilhou apresentando projetos de lei, muitos deles já fixados na mudança da história política deste País. Entre as leis que Nelson Carneiro conseguiu aprovar está a Lei do Divórcio. Realmente, quando ninguém acreditava que uma lei como essa pudesse ser aprovada no Brasil, Nelson Carneiro lutava durante anos e anos, até conseguir esse benefício para o povo brasileiro.

Lendo sua biografia, podemos destacar sua inteligência não só como jornalista, como advogado brilhante que era e como Parlamentar, além de ser homem de prestígio internacional. Ocupou as mais relevantes funções nesta Casa do Congresso Nacional, entre elas a Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional. Foi também embaixador pleno e potenciário nas festas do Sesquicentenário do México, em 1960; foi observador parlamentar na ONU várias vezes e membro da Delegação Brasileira nas reuniões da União Interparlamentar, da Associação Parlamentar de Turismo e do Parlamento Latino-Americano, do qual foi presidente.

Nelson Carneiro, pelos seus méritos e pelo seu trabalho, durante mais de 50 anos da vida pública recebeu as mais altas comendas que um homem público brasileiro pode receber. Foi homenageado pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica de

nosso País. Recebeu também a condecoração da Ordem do Sol do Peru, já que sempre cultivou bom relacionamento com aquele país amigo e com os países vizinhos da América do Sul, além de ser casado com a peruana Carmem Perim Casagrande de Souza Carneiro. Recebeu também a Comenda da Ordem do Congresso Nacional e a Comenda da Ordem José Bonifácio, que é privativa do Senado Federal; recebeu o Prêmio Nacional de Oratória da Academia Brasileira de Letras.

Homem de ímpar inteligência, culto, além de dedicado e amigo. Foi amigo especial também de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nos momentos mais difíceis da vida de JK, Nelson Carneiro esteve destemido a seu lado; mais do que nunca, também por isso tem que receber hoje nossas homenagens. Homenagens que, tenho certeza absoluta, transmiro em nome de todos os servidores desta Casa.

Como 1º Secretário do Senado durante dois anos, tive muito diálogo com seus funcionários e senti a devoção, o carinho que tinham pela figura do Dr. Nelson Carneiro, principalmente pela maneira austera, digna, honesta, com que se comportou na Presidência desta Casa, no comando do Senado Federal.

A Bancada do Estado de Mato Grosso muito deve ao Senador Nelson Carneiro: Quando o então Presidente Ernesto Geisel preparava a Lei Complementar nº 31, de 1977, que previa a divisão territorial de Mato Grosso, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, nós do norte, nós de Cuiabá, temerosos de que aquela lei pudesse vir a prejudicar aquela região, fomos para Brasília, numa comissão de políticos mato-grossenses – eu, ainda jovem, era prefeito da cidade de Várzea Grande –, para procurar os políticos de então para ver se essa lei que estava sendo discutida no Congresso Nacional não traria prejuízos ao velho Mato Grosso, que iria perder dois terços de seu território, dois terços de seus Municípios e dois terços de suas rendas. Entre as pessoas com quem conversamos naquela época e que aceitaram estudar minuciosamente a Lei Complementar nº 31, destacou-se o Senador Nelson Carneiro, que nos deu um parecer avalizando que a Lei Complementar nº 31, de 1977, não traria qualquer prejuízo ao Mato Grosso remanescente.

É por isso que, nesta oportunidade, neste instante em que todo o Senado e todo o Congresso Nacional prestam homenagem à figura desse grande homem público brasileiro, não poderíamos deixar de vir à tribuna para fazer justiça ao seu nome. Como disse o Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB, hoje, a partida de Nelson Carneiro para a eternidade significa sua consagração, porque nenhum homem

público merece ou mereceu tanta homenagem neste País como Nelson Carneiro.

Sinto pessoal e politicamente a falta desse grande brasileiro. A ele serão dedicadas outras homenagens, e tenho certeza que nós matogrossenses, que sabemos ser gratos àqueles que nos beneficiam e que sempre nos tratam com carinho, saberemos, juntamente com o Governo de Mato Grosso, em época oportuna, prestar-lhe homenagem especial denominando algum prédio público, rodovia, avenida, algum fórum do meu Estado com o nome de Nelson Carneiro, em virtude de sua presença tão carinhosa a nosso lado no instante em que o Estado de Mato Grosso estava sendo dividido.

S. Exª me dizia, naquela época, que, como Senador e jurista, jamais deixaria o Governo Federal cometer uma injustiça com a terra de Filinto Müller, que era um dos seus grandes amigos e companheiros.

Portanto, neste momento, ocupo a tribuna dizendo que todo o Mato Grosso chora com a Bahia, chora com o Rio de Janeiro e chora com o Brasil a morte de Nelson Carneiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, confesso que estava em dúvida sobre usar ou não usar da palavra, em função até das colocações feitas pelo Senador Bernardo Cabral, já que nessas ocasiões, muitas vezes, acabamos sendo redundantes, principalmente em função dos pronunciamentos dos Senadores que conviveram com o Ex-Senador Nelson Carneiro.

Mas existe um episódio em minha vida que gostaria de registrar neste momento. Eu não conheci o Senador Nelson Carneiro pessoalmente, não convivi com S. Exª nesta Casa, não tive essa honra. Mas, em 1978, participei de um episódio do qual S. Exª também foi parte e ao qual, na época, não dei a necessária importância. Hoje, analiso aquele fato como um momento de demonstração do caráter e da altivez do Senador Nelson Carneiro. Em 1978, pouco antes das eleições daquele ano, eu era estudante, no Rio de Janeiro, e uma série de entidades estudantis, aliadas aos chamados candidatos populares do MDB, propuseram a organização de uma caminhada pela democracia, ao longo da Avenida Rio Branco.

Foi preparada essa caminhada e o senador Nelson Carneiro, candidato à reeleição naquela oca-

sião, seria um dos participantes. Marcada a concentração na Candelária, a intenção era irmos até a Cinelândia. Estávamos lá cerca de duas a três mil pessoas. Havia lá também uma tropa de choque que pretendia evitar a manifestação.

Um grupo de estudantes, particularmente da minha universidade, a Universidade Rural do Rio de Janeiro, que inclusive estava em greve e por isso contribuiu com o maior número de pessoas para aquela manifestação, num delírio de autoritarismo, chegamos a discutir, e principalmente nós, que éramos a direção do DCE, a seguinte posição: não permitir que o Senador Nelson Carneiro usasse da palavra naquela manifestação. Estávamos, inclusive, dispostos a vaiar o Senador Nelson Carneiro. E sob que alegação? Por ter o Senador Nelson Carneiro defendido o óbvio, que foi convencer a chamada ala chaguista do então MDB a participar daquela caminhada; por convencê-la de que aquela caminhada pela democracia, muito mais do que mera atividade eleitoral – inclusive estávamos a 3 meses da eleição de mais um Presidente pelo Colégio Eleitoral –, deveria ser uma atividade que abrangesse todos os democratas e deveria ser o mais ampla possível.

Nós, com aquele espírito intolerante, sectário e esquerdista que tínhamos, achávamos que aquela posição era absurda, que nós nos bastávamos, que éramos suficientes, que deveria participar da caminhada a chamada ala autêntica do PMDB e que o chaguismo era a mesma coisa que a ditadura, etc.

Estávamos disposto a impedir, através de apupos, o pronunciamento do Senador Nelson Carneiro. Confesso aos Srs. Senadores que eu, à época, esquerdista e sectário até a medula, me inscrevi entre aqueles que tentariam impedir, através de vaias, a palavra do Senador Nelson Carneiro.

E o Senador Nelson Carneiro, ao ser anunciado, se não me falha a memória, disse essas palavras: – Sei que os estudantes não querem que eu fale. E como estávamos cercados por uma tropa de choque, ele acrescentou: – Só gostaria de pedir uma coisa aos estudantes, que não estão armados, que não estão com cassetetes, que não estão com bombas de gás lacrimogêneo: que vocês não adotassem a mesma postura intolerante e autoritária daqueles que nos cercam e estão com todos esses apetrechos. Eu gostaria apenas de conversar com vocês, e depois vocês poderão aplaudir se gostarem, vaiar se não gostarem, ou até manifestar a sua indiferença.

E o Senador Nelson Carneiro até poderia ter adotado naquele momento uma postura oportunista, já que aquele era um público claramente esquerdista, e

fazer um discurso esquerdista, sectário e revolucionário. Mas não, S. Ex^a fez um pronunciamento sereno, moderado, mas com uma clareza de argumentos, com uma linha de raciocínio tão objetiva que, pouco a pouco, começaram, aqui e ali, a surgir alguns aplausos envergonhados daquela massa esquerdista e o Senador Nelson Carneiro acabou, naquele momento, por incrível que pareça, sendo um dos oradores mais aplaudidos da manifestação. Não conseguimos fazer a passeata, tentamos fazer uma passeata relâmpago, mas ela foi dissolvida pela repressão.

E aquele episódio, embora naquele momento não me tivesse marcado, hoje, quando ficamos sabendo da morte do Senador Nelson Carneiro, me veio à mente, numa demonstração de que muitas vezes podemos ser muito mais conseqüentes na defesa dos nossos pontos de vista, na defesa da democracia, nos utilizando de uma linha como essa que era peculiar ao Senador Nelson Carneiro do que simplesmente com uma mera disputa de palavras de ordem mais ou menos radicais.

E eu queria, relembando este episódio que me marcou muito, somar-me aos diversos Parlamentares que já fizeram uso da palavra e apoiar o requerimento de profundo pesar pela morte do Senador Nelson Carneiro. Como já foi dito aqui, a sua morte é a perda, não apenas para a Bahia, não apenas para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil, de um dos nossos políticos mais conceituados, e, principalmente, de um grande democrata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, inicio as minhas palavras exatamente da bancada que pertenceu a Nelson Carneiro, por tantos anos representante do Rio de Janeiro.

Aqui deste canto, talvez o canto mais recôndito deste plenário, algo escuro, mas que permite ter da Casa uma visão ampla e generosa, Nelson Carneiro, durante três períodos seguidos como Senador, honrou a representação do Rio de Janeiro.

Não é, portanto, sem emoção que, ao falar da tribuna que lhe coube, por ele honrada, um dos lugares – repito – menos aparentes deste plenário, mas exatamente por isso um lugar que poderá refulgir sempre que seja ocupado por pessoas como ele, peço licença aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras para uma observação básica.

Raros políticos, Sr. Presidente, poderão dizer que construíram uma obra legislativa. Uma obra legislativa é algo de certa forma grandioso e inglório. Grandioso, porque a obra legislativa penetra na sociedade, efetua transformações, é a forma pela qual as sociedades encontram o balizamento do seu processo evolutivo; inglório, porque a obra legislativa escapa do nome de seu autor.

V. Ex^a, Sr. Presidente, é um escritor de nomeada, membro da Academia Brasileira de Letras, tem também uma obra legislativa e uma obra literária. A obra literária fica agregada ao nome de seu autor. A obra legislativa, de certa forma, se desprende, ganha a sociedade. Dou um exemplo: todo o noticiário de hoje a respeito da morte de Nelson Carneiro aludia ao fato de que ele foi o Senador do divórcio. Verdade. Mas seriam os quase 50 anos, 49 anos de vida parlamentar de Nelson Carneiro caracterizados exclusivamente pela questão do divórcio? Evidentemente, não.

Se fôssemos fazer – e é interessante que o Senado possa fazê-lo – um levantamento da obra legislativa de Nelson Carneiro, até para publicá-la, verificaríamos que o divórcio foi um dos aspectos da inúmera e vária contribuição de Nelson Carneiro à legislação de família no Brasil. E aqui um aspecto sociológico importante: Nelson Carneiro consegue, mercê de enfrentar preconceitos existentes nesse campo, propiciar um tipo de legislação de família que, de certa maneira, modernizou os costumes ou, quando não modernizou, rompeu hipocrisias em torno das quais os costumes, muitas vezes, viviam atados por falta de uma legislação específica. Ele tem, portanto, uma obra importante sobre legislação de família. Essa obra aí está para ser exumada, conhecida e reconhecida, porque ela atinge, por exemplo, de modo direto, os filhos oriundos de ligações que não são as do casamento tradicional, que durante muitos anos viviam o opróbrio de ver os seus nomes indicados na certidão de nascimento como filhos naturais ou ilegítimos, fato que desapareceu da legislação brasileira graças também ao trabalho de Nelson Carneiro.

Hoje, vive-se um momento de expansão da mulher na sociedade, expansão que se expressa pela sua participação no mercado de trabalho, pela assunção do próprio corpo, pela assunção da própria sexualidade. A mulher é hoje o grande fator de transformação, de mudança, característico das últimas três décadas na sociedade. Pois bem, também no sentido de reconhecer à mulher o direito e a conquista natural, gradual, na sociedade industrial, que pouco a pouco ia sendo conseguida, a obra de Nel-

son Carneiro se apresenta luminosa, precisa e adequada, propiciando à mulher, nas suas relações amorosas, o direito de um reconhecimento que não existia, não fosse exclusivamente na forma do casamento tradicional. Ora, tudo isso num País com a carga de preconceitos como o nosso, num País com os atrasos ancestrais em relação a temas de natureza existencial como o Brasil, tem um significado muito grande! No campo de Direito Penal, a contribuição de Nelson Carneiro é também bastante significativa, bem como no campo do Direito Civil; sobretudo no Direito de Sucessões ele tem matéria suficiente para caracterizar uma grande obra legislativa.

Políticos há que se caracterizam por sua capacidade de luta. Políticos há que se caracterizam por suas virtudes oratórias. Políticos há que se caracterizam por sua qualidade de articulação. Políticos há que se caracterizam por sua capacidade de ação direta quando no Poder Executivo.

Nelson Carneiro, a meu juízo, significava uma figura política que teria a sua caracterização clara basicamente na obra legislativa e, em segundo lugar, na ação política. Ele pertence a um quadrilátero maravilhoso da política brasileira que durante quarenta anos ilustrou este País, e ele, desse quadrilátero, foi o último a partir: o quadrilátero Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Amaral Peixoto e Nelson Carneiro. Os quatro, inclusive, amigos. Os quatro que, aqui em Brasília, chegaram a morar juntos nos primeiros anos desta Capital. E os quatro que, a seu modo, nos seus partidos, até com estilos parecidos, sabiam singrar os mares da dificuldade sempre de olhos postos na democracia, sempre caminhando na direção de conciliações que não são as conciliações podres, as conciliações passivas, as conciliações da estagnação. São as conciliações feitas para avançar.

E a política talvez seja a arte da descoberta dessas conciliações ativas, as conciliações que permitem o avanço.

Nelson também provém dessa escola. É uma escola de prudência, é uma escola de firmeza, é uma escola de objetivos claros, mas também uma escola de discrição, é uma escola de saber fazer a política silenciosa – quando alguns supõem que política é o que se faz pelos jornais –, mas fazê-la sobretudo eficiente sempre que se necessita de uma ação efetiva na direção de alguma conquista.

Assim, Nelson ajudou o retorno à democracia no Brasil. Nelson soube singrar os mares tumultuosos dos anos de exceção, sem perda do mandato parlamentar, mas assumindo, com clareza, as posi-

ções de oposição e ocupando cada espaço de avanço possível que se lhe colocava como possibilidade. Reparemos que essa é a mesma atitude de Tancredo Neves, de Ulysses Guimarães e de Amaral Peixoto.

Portanto, na obra legislativa e na ação política, Nelson deixa um nome brilhantíssimo. Costumo dizer que o difícil na política não é nela entrar, é nela permanecer. É um tipo de atividade que tem a humildade de, a cada quatro anos, submeter-se à sanção popular para um novo mandato. Só quem faz política sabe o que significa poder nela permanecer, o que é necessário de energia, sabedoria, sagacidade, seriedade, participação e trabalho para a permanência na política, para uma permanência que não seja oriunda do uso indevido da máquina do Estado ou de formas anômalas de se conseguir eleição, normalmente ligadas a formas de poder econômico, que são tão poderosas num país com um grau de cidadania ainda tão baixo.

Nelson conseguiu esse milagre da sobrevivência e da permanência na política. Graças à sua permanência na política, pôde realizar a sua obra legislativa, que é, talvez, a mais ampla obra legislativa existente na vida republicana brasileira – talvez. Não posso afirmá-lo, porque não sou historiador nem tenho conhecimento e cultura suficientes para afirmá-lo, mas seguramente é uma das mais completas obras legislativas da história republicana deste País.

Quero dizer, ademais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que me toca uma emoção particular neste momento. Na última eleição, fomos eleitos pelo Rio de Janeiro a Senadora Benedita e eu, e não foi eleito o Senador Nelson Carneiro. Para mim isso teve um aspecto duplo de igual valência: feliz fiquei por haver sido escolhido por um em cada cinco eleitores do Rio de Janeiro, que me deu um de seus votos, o que não é grande façanha, até porque são dois votos para senador, mas honra. Triste fiquei, embora sempre tenha calado a esse respeito, por constatar que a nossa vitória impediu a de Nelson Carneiro. Eu fora companheiro dele no PMDB durante muitos anos; mais do que companheiro, pertenci ao grupamento político que com ele lutava no PMDB. Sempre estivemos juntos nessas batalhas; inclusive quando estava cassado, ajudei algumas das eleições de Nelson ao Senado; participei de uma marcha com ele, essencial numa de suas eleições, que foi desfeita a borrachadas pela polícia de então, na Candelária, pela Avenida Rio Branco. Acompanhei-o, lutei pela candidatura dele ao governo do Estado, quando foi escolhido Moreira Franco

por uma pequena margem de votos, na convenção do PMDB de então. Tínhamos uma profunda e anti-ga ligação, e eu o tinha também como mestre.

Na Constituinte, fui Relator de alguns capítulos na parte anterior à Comissão de Sistematização, e nesses capítulos a ajuda de Nelson foi essencial, porque entre eles estavam os capítulos sobre criança, família e idoso. E a Constituição brasileira, quem a examinar verificará que esses são capítulos que não têm praticamente nenhuma restrição nas fases de revisão. E falo isso sem nenhuma vaidade, porque não tenho o mérito de ser autor de quase nada, fui apenas o Relator, o coordenador. Mas posso, sim, dizer da importância do trabalho de Nelson nesta matéria. Quem ler o capítulo Da família, da Criança, do Adolescente e do Idoso na Constituição de 1988, encontrará um documento luminoso, muito pouco lembrado, porque essas matérias em geral não são lembradas, porque são matérias de conteúdo social profundo, não estão no dia-a-dia das discussões. A Constituição Brasileira é extremamente avançada na matéria do idoso, da família e do menor. Recordo-me ainda da importância do trabalho de Nelson e de quantas vezes, como Relator, a ele recorri, buscando o formato adequado, a redação que coubesse com perfeição, e, mais do que a redação que coubesse com perfeição, graças à experiência que ele tinha, a redação que tivesse chance de ser aprovada, afinal, na votação definitiva.

Portanto, para mim, num sentido profundo do meu ser, não foi com plena felicidade que ocupei esta cadeira, sendo ela uma cadeira que poderia igualmente caber a Nelson Carneiro e em relação ao qual, sem nenhum desdouro de mim para mim mesmo – porque não sou uma pessoa que tem pena de si mesma, nem tem também soberba em relação a si mesma – sempre me ficou um travo de sensação de injustiça, não minha, mas dos fatos para o não retorno de Nelson Carneiro. Isso lhe custou muita dor e, a meu ver, até uma pequena demasia de injustiça num discurso feito a esta Casa em relação ao comportamento do Governador Marcello Alencar, que não foi o comportamento aludido pelo Senador Nelson Carneiro – eu sou testemunha vivencial dessa realidade.

Fato menor, porém, que se justifica pelo amor que um homem de 84 anos à época, que havia na campanha mesmo dado exemplos fortíssimos de disposição, capacidade de luta, denodo, vontade exemplares, um desabafo que um homem, naquelas circunstâncias, após cinquenta anos de vida parlamentar tinha mais do que o direito de ter: tinha razão para ter. Um episódio de quem está ferido, de quem

está magoado. E nesse sentido jamais tive nenhum pronunciamento, até porque sabia que qualquer pronunciamento a favor do que ele disse me parecia injusto e contra o que ele disse igualmente injusto seria. Há ocasiões em que o silêncio e o recato são o melhor comportamento que cabe a um homem público.

Por isso, é com emoção que falo a esta Casa, aqui da cadeira de Nelson Carneiro. Espero poder, de alguma forma, acompanhar a trajetória desse grande brasileiro, desse homem que tanto lutou, desse "baiano fluminense carioca", pois ele começou a sua vida pública na Bahia, como suplente de Deputado, e viveu o resto, no Rio de Janeiro, o tempo todo.

Homem que ajudou tanto essa transição brasileira, de um período antigo para a fase moderna, Nelson foi um fator determinante dessa passagem, e, para concluir toda essa vida, algo que ninguém jamais lhe negou: a extrema dignidade pessoal. Não que se tenha que saudar a dignidade como a finalidade da ação política. Dignidade não é finalidade da ação política, é fundamento, mas é importante que esse fundamento seja lembrado ao longo de uma carreira de 50 anos.

De Nelson, jamais se pode ter a mais leve suspeita em relação à honradez com que conduzia a coisa pública e à permanente vigilância no sentido de matérias do interesse público. Um grande exemplo para nós, uma grande dor para os que ficam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao longo do mandato, temos vivido sessões como esta, em que se recorda a vida de Colegas que enaltecem esta Casa, que deram vida a seus corredores, que falaram com patriotismo, com ideal e que, acima de tudo, deixaram no Senado da República uma esteira luminosa de pronunciamentos e de gestos.

Falar da biografia de Nelson Carneiro é tentar sintetizar uma vida imensa dentro de poucas palavras. Não ousar tanto, Sr. Presidente e eminentes Colegas. Busco apenas fatos esparsos como se fossem uma crônica em homenagem à viagem da memória. Uma memória que, para mim, ainda está acesa, mas, ao longo do tempo, foi marcada por exemplos pessoais que deixou neste momento, como homenagem derradeira, quero lembrar.

Chegava do Espírito Santo, moço ainda, no verdor da minha atividade profissional, como Depu-

tado Federal pelo meu Estado. Lutei, ardorosamente, para ser membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, uma Comissão disputada por aqueles que possuíam mais experiência e tradição na Casa.

E, por um gesto de sorte ou, quem sabe, simpatia de uma pessoa que elaborava a lista dos Deputados, integrei por acaso a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Ali, conduzido nos primeiros momentos pela inteligência e pelo fulgor de um Deputado que se chamou José Bonifácio, tive dele o acolhimento. Vivi, então, naquela Casa um momento que registro, neste instante: quando advogado, cheio de ideal, de vontade de fazer e de realizar, recebi o primeiro projeto para relatar, cujo autor era o Deputado Nelson Carneiro, então já Senador da República.

Tive a emoção natural do advogado que amava a profissão de saber que, naquele momento, um dos meus ídolos profissionais tinha exatamente um projeto, como sempre, versando sobre Direito de Família. E qual não foi minha surpresa, dias seguintes, quando vejo entrar em meu gabinete a figura venerada de Nelson Carneiro. Com uma maneira muito pessoal de colocar os problemas, argumentou, tentando me convencer de uma tese que, na verdade, já era tida, pela simpatia, como tese vitoriosa.

Relatei o projeto de Nelson Carneiro com emoção, meu primeiro momento nesta Casa de Congresso. Logo em seguida também, para gaudio meu, Nelson Carneiro me honrou com uma outra visita pessoal, agradecendo o modesto parecer que eu tinha oferecido ao seu projeto.

O tempo passou, Sr. Presidente, outros caminhos me levaram para o retorno ao Espírito Santo. E então, na eleição de 1990, depois de cumprir o mandato de Governador, vim para o Senado da República. Aqui pontificava ainda com mais fulgor, reluzente na sua atividade parlamentar, o Senador Nelson Carneiro. Tivemos, desde o primeiro momento, quem sabe, aquela empatia gerada pelo primeiro projeto, um contato permanente. E, aos poucos, Nelson Carneiro continuou sendo para mim o grande mestre; mais ainda, o colega que tinha cuidados, lia meus pronunciamentos, fazia reparos, me advertia, me chamava a atenção.

Nelson Carneiro – eu percebi, todos os colegas percebiam – à medida que o tempo ia avançando e a doença vinha

Nelson Carneiro, percebi e todos os Colegas percebiam, à medida em que o tempo ia avançando e a doença vinha cada vez mais se manifestando,

não andava neste plenário. Nelson Carneiro flutuava, flutuava com a mansidão onde sua inteligência talvez fosse a convocação maior para o seu aspecto físico.

Sr. Presidente, a última sessão que Nelson Carneiro viveu nesta Casa, sentou-se a meu lado, já bastante doente. Confesso, sinceramente, que S. Ex^a compareceu à sessão importante à força de remédios. Foi impressionante o esforço que realizou para acompanhar o discurso que estava sendo pronunciado naquela tribuna, para não perder a lucidez do seu raciocínio, sempre fulgurante mas já cedendo inteiramente à doença.

Nelson Carneiro aproximou-se muito da minha família. D. Carmem e Irene tiveram amizade bem fraterna nos últimos tempos. Faço um registro aqui que me sensibiliza por ser representante do Espírito Santo: D. Carmem, a sua grande companheira e amiga, era de uma família do Espírito Santo, Casagrande, lá do Castelo. Todas as vezes em que Nelson Carneiro falava comigo a respeito do Espírito Santo eram palavras de carinho, homenageando evidentemente D. Carmem.

Acompanhei, com o sofrimento dos amigos verdadeiros, praticamente os lances finais da sua vida. Nelson Carneiro já havia sofrido bastante em sua doença indormida. Acompanhei-o praticamente na curva descendente da vida.

À última vez em que falei com sua filha, Deputada Laura Carneiro, as notícias já não deixavam mais esperar de Nelson Carneiro aquele milagre da ressurreição permanente, porque, com os altos e baixos da sua saúde, era incrível como Nelson Carneiro sempre retornava a esta Casa para dar o exemplo da sua atividade parlamentar.

De biografia todos já falaram. A vida de Nelson Carneiro é imensa, muito grande mesmo. E apenas, Sr. Presidente, independentemente da minha condição de Senador que foi seu companheiro, quero destacar o lado que me toca ao sentimento. Apesar do exercício permanente da atividade política, nunca deixei de ser, no meu íntimo, o advogado das causas que começou a trabalhar em 1955. Talvez a minha admiração, o meu entendimento, o meu permanente louvor a Nelson Carneiro tenha sido a afinidade da atividade advocatícia. Acima do parlamentar brilhante, eu respeitava o advogado que ele foi. E quando nós, advogados modestos, espalhados por este Brasil afora, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, temos oportunidade de imergir hoje no Direito de Família – ninguém tenha dúvida –, avulta a figura de Nelson Carneiro. E muito bem disse o Senador

Artur da Távola: Nelson Carneiro teve uma visão moderna da família. Nelson Carneiro saltou do velho código para uma realidade hodierna. Nelson Carneiro soube compreender, mais do que todos, a importância da mulher, a importância do sentimento da mãe para com o filho. Deu dignidade àqueles nascidos fora da união matrimonial.

Nelson Carneiro, para mim advogado, não foi um Parlamentar, não foi um homem. Nelson Carneiro foi um santo, porque sua atividade toda ela foi marcada por um sentido sagrado no comportamento de agir e fazer, usando o instrumento do Parlamento como a razão suprema da sua vontade jurista.

Portanto, neste momento, profundamente emocionado, em nome dos meus familiares, principalmente de Irene, tão amiga de D. Carmem, quero registrar, com a máxima admiração, o louvor que é o louvor coletivo, na certeza de que, ao longo dos tempos, aqueles que tiveram o privilégio de conviver com Nelson Carneiro vão dizer sempre que este deixou gravada aqui, como vera-efígie, uma atividade que pode ser dita atividade exemplar do homem que amou o País e, acima de tudo, enalteceu o Congresso Nacional.

Em nome da Liderança do Governo, em nome de um Espírito Santo que aprendeu a amá-lo através da sua família, digo neste momento, Sr. Presidente: a dor da saudade é indizível, mas o sentimento de admiração nos faz mais fortes para proclamar sempre que Nelson Carneiro é um paradigma. Nelson Carneiro é, acima de tudo, um amigo que será sempre inesquecível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não me move, neste momento, o propósito de enriquecer, com alguma palavra mais eloquente ou com alguma informação, esta oportunidade em que estamos muito mais homenageando um exemplo do que registrando uma perda.

O que me move é o sentimento do dever e o dever com o sentimento de gratidão e de amizade. O sentimento de dever é trazer aqui a palavra de quem foi, antes de ser parlamentar, admirador do homem público Nelson Carneiro. O dever com o sentimento de gratidão é agradecer ainda hoje – e agradecerei sempre – os bons exemplos que Nelson Carneiro nos deixa. E o sentimento de amizade é porque, tendo aqui chegado há cinco anos, convivi durante os primeiros quatro anos deste mandato

com uma figura que eu me permitia, em tom jocoso mas também respeitoso e sugestivo, chamar de "o meu querido metaleiro".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu chamava o meu amigo de metaleiro porque ele não envelheceu. Não envelheceu na sua rebeldia, não envelheceu nas suas posições, no seu espírito aguerrido, e não envelheceu na sua vigilância, sem nenhuma alusão ao fato de ter pertencido à UDN.

A sua vigilância, eu a tenho gravada em palavras e gestos, como por exemplo ao aprovarmos, em 1993, a legislação que veio a presidir a eleição de 1994. Recebíamos o projeto, vindo da Câmara, às vésperas do prazo fatal; e o Senador Nelson Carneiro, como se fosse o mais vigilante, o mais preocupado e o mais interessado dentre todos nós, no instituto da eleição e na sua regulamentação, advertia para equívocos que iríamos engolir. Manifestava ali o seu inconformismo, a sua vigilância, a sua lucidez com espírito de luta.

Por isso, aquela expressão carinhosa que eu usava – e só usei isso, evidentemente, nos encontros pessoais que tínhamos –, procurava revelar aquilo que eu gostaria de mais assimilar e copiar, como homem público, do exemplo de Nelson Carneiro: é de nunca perder a energia, que é o primeiro passo para não perder a fé. É impossível fé sem energia. A fé sem energia não tem frutos a dar. A fé, movida pela energia, é capaz de mudar as atitudes, fazendo com que se pratique aquilo que se pretende na política, qual seja, mudar a história. Nelson Carneiro deixa-nos, dentre tantos, esse exemplo.

Não sei se aqui ficou registrado, mas a filiação do homem público Nelson Carneiro, por ter sido filiado ao PP, e por não se ter desligado do PTB, era do meu Partido. Quando, recentemente, a Deputada Laura Carneiro anunciava a sua filiação a outro partido, ela nos trazia essa mensagem.

Por tudo isso, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, desejo deixar consignadas nesta sessão, que tem como principal intento homenagear um exemplo, essas palavras de amizade e, acima de tudo, de gratidão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não poderia, em meu nome e em nome do meu Estado de Tocantins, deixar de fazer coro às vozes que aqui já prantearam e reverenciaram esse grande vulto da história política nacional.

Considero-me um dos Senadores privilegiados, porque tive o condão de conviver, durante seis anos, com o ilustre Senador Nelson Carneiro. Na sua figura, na sua participação, na sua intransigência em defesa de seus ideais e dos seus pensamentos vislumbrava-se um homem a quem a Nação muito devia.

O Senador Nelson Carneiro, quer como Parlamentar, quer como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou como Presidente do Senado Federal, sempre foi fiel guardião dos preceitos regimentais e constitucionais.

Sr. Presidente, pouco antes do início desta legislatura o Senador Nelson Carneiro procurou-me para comunicar-me que havia recebido uma honraria do meu estado, mas que não havia tido a oportunidade de recebê-la. Solicitou-me que a recebesse em seu lugar. Cheguei a fazer essa cobrança em seu nome. Não sei se lhe foi entregue. De qualquer sorte, assumo o compromisso, com a sua família, comigo mesmo e com esta Casa, de entregar a sua família a medalha que ele, por merecimento, foi condecorado pela Assembléia Legislativa do nosso Estado, já que, como Constituinte de 1988, foi um dos criadores do Estado do Tocantins e, portanto, considerado um dos seus benfeitores.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu que privei da amizade do eminente Senador ora desaparecido, porque participei das comemorações dos seus últimos aniversários, recebi, no início desta Sessão Legislativa, um cartão do Senador Nelson Carneiro dizendo que estava morando em Brasília e que gostaria de receber a nossa visita.

Pelas muitas atribuições que esta Casa nos confere e pelas atribuições nas nossas bases políticas, não pude visitá-lo, o que me deixa muito magoado. Tantas vezes falei com a minha esposa que deveríamos ir à casa do Senador Nelson Carneiro e de Dona Carmem. No entanto, o tempo foi passando, e ele, é claro, não pôde esperar que todos o visitassem.

Portanto, Sr. Presidente, com um certo embargo de voz, com uma certa emoção, reverência, em nome próprio e em nome do meu estado, esse que foi uma figura imaculada desta Casa, já que jamais se viu alguém irromper contra qualquer deslize que porventura tenha praticado o eminente Senador Nelson Carneiro.

Muitos homens se immortalizam através de suas obras literárias; outros, através da sua escultura; outros, ainda, através das músicas que compõem e, outros, das músicas que cantam. O Senador Nelson Carneiro, tenho a convicção inabalável, é um imortal

pela obra política que realizou nesta Casa. Por aqui, poucas vezes passaram pessoas tão dignas, tão corretas, tão justas da homenagem que prestamos nesta oportunidade.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da Bancada do Estado do Tocantins no Senado Federal, em nome do povo tocanense e em meu nome, o meu abraço de saudade imorredoura à Maria Laura Carneiro, sua filha, a Dona Carmem e aos outros membros da família Carneiro, pelo exemplo vivificante que foi esse grande homem público. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, ao chorar também a morte de Nelson Carneiro, juntamente com todos os membros desta Casa, tenho apenas o consolo de lembrar a oportunidade em que o Senador Nelson Carneiro despediu-se do Senado. Naquela ocasião, pudemos dizer-lhe em vida aquilo que agora relembramos após sua morte.

Lembro-me de ter usado uma expressão relativa ao seu trabalho, a sua operosidade, à intensidade desmedida da sua dedicação à tarefa legislativa, que, tenho certeza, foi bastante compreendida pelo Senador. Pude, naquele tempo, chamá-lo de "legislador do século". Posso ter cometido, talvez, um erro de precisão histórica, mas seguramente não cometi um exagero, Sr. Presidente.

A vida parlamentar de Nelson Carneiro, de quase meio século, não tem paralelo na história republicana. Sua obra legislativa, não só aquela que é assinada por ele, não só aquela que lhe é atribuída nominalmente como autor, mas aquela tarefa cotidiana, anônima, diligente, operosa, que Nelson Carneiro realizava no plenário e nas comissões.

Quando cheguei a esta Casa, há nove anos, eleito em 1986, não tomei a iniciativa de aproximar-me do Senador Nelson Carneiro, ou por timidez ou por respeito, até um respeito reverencial pela sua figura, pela sua história e pela sua imagem pública em todo o País. Contrariamente, foi ele que se aproximou. E, através da sua palavra, dos seus ensinamentos, das suas recordações íntimas, ou aquelas referentes aos fatos públicos dos diversos momentos da vida republicana por ele vividos, recebi, sem dúvida alguma, um substancial ensinamento.

Mas creio que a lição mais exemplar deixada por Nelson Carneiro ainda não foi aqui totalmente enaltecida ou identificada. Não sei se tenho razão no

que digo, mas a minha percepção individual sobre o seu comportamento e a sua atitude como ser humano e como homem público é a de que, além de ser um legislador tenaz, diligente, operoso e extremamente combativo, Nelson Carneiro tinha, como o Dr. Ulysses Guimarães teve até sua morte, uma saudável ambição de responsabilidade política. Tendo vencido os 80 anos de vida e cumprido quase 50 de vida parlamentar, passando por todas as posições – foi também Presidente do Congresso –, reivindicava e disputava os cargos mais importantes desta Casa, como os da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É preciso registrar que, na maioria das vezes, era bem sucedido nesse desiderato. Reivindicava cargos com uma voz quase inaudível, dada a sua idade – mais de 80 anos –, com uma energia e um nível de exigência que dava inveja a todos aqueles que, eventualmente, tinham a metade de sua idade e de seu tempo de vida parlamentar.

Aprendi com ele, portanto, o contrário do que supõem alguns: não é por ter energia que um homem trabalha na vida pública, mas, sim, porque trabalha e dedica-se à vida pública que ele tem energia. E era aí que Nelson Carneiro encontrava a fonte jamais exaurida da sua capacidade de trabalho.

Aprendi bastante, porque pude conviver com ele quase doze anos no Congresso Nacional. E aprendi porque fui Relator Adjunto na Assembléia Nacional Constituinte, e ele – que tinha apenas uma função de plenário – mostrou-me o quanto e o que pode fazer um homem com grande experiência parlamentar e tenacidade legislativa. Cada emenda, cada debate, cada capítulo da Constituição teve a participação dele de maneira absolutamente empolgante, de modo a emocionar todos nós, Sr. Presidente.

Depois, mesmo já tendo avançada idade, aparentemente tendo perdido alguns dos elementos mais visíveis da sua habilidade física, era implacável na exigência da precisão técnica do texto legislativo. Era um homem que tinha um enorme rigor teleológico. A precisão, a exatidão conceitual era, para ele, algo absolutamente sacro em termos de elaboração legislativa. Com sensatez, maturidade e, ao mesmo tempo, uma saudável ambição pessoal – não de galardões, porque aqui ninguém jamais viu Nelson Carneiro pleiteando homenagens, elogios, ou louvações –, ele pleiteava, brigava, reivindicava por responsabilidades públicas em favor do bem comum, ou seja, ele é um exemplo de não omissão, de não indiferença diante dos problemas brasileiros.

Creio que o Brasil deve-lhe uma estátua que diga aquilo que o identificaria, o que melhor reproduziria os seus anseios, a sua saudável ambição pessoal e a sua obstinação inexaurível em torno do trabalho legislativo que realizava.

A Nação lhe deve uma estátua que diga: "A Nelson Carneiro, o legislador do século! A Pátria, agradecida."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o Brasil está de luto com o trespasse de um dos seus mais importantes e ilustres filhos. Morreu Nelson Carneiro, seguramente um dos políticos e legisladores que maior influência tiveram nos meios e nos costumes desses últimos cinquenta anos.

O Direito perdeu um dos seus tutores nas lides forenses e nas letras jurídicas. A Política pranteia o líder sereno, o articulador positivo, o homem de voz firme e decidida que sempre primou por deixar em primeiro lugar o seu compromisso com as teses democráticas.

Sr. Presidente, o Parlamento carpe o desaparecimento de um dos seus legisladores mais importantes, o que deixou verdadeiros monumentos no campo do Direito de Família.

Neste momento de dor coletiva, em que a Pátria, consternada, volve os olhos para o sepultamento de Nelson Carneiro hoje no Rio de Janeiro, a Bancada do Maranhão nesta Casa, por meu intermédio, depõe uma coroa funerária no esquife do desaparecido.

Não poderíamos, Sr. Presidente, ficar omissos neste momento e deixar de trazer a solidariedade do nosso estado a esta Casa, que se confundiu com ele e a qual tanto orgulhou como Presidente e como membro de comissões especiais e permanentes.

Sr. Presidente, a dor do Senado é a dor do Maranhão.

Deixo aqui a palavra de saudade de quem com ele conviveu no Senado da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Em votação o requerimento do Senador José Sarney e de outros Srs. Senadores de homenagem e pesar pelo falecimento do Senador Nelson Carneiro.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Comunico ao Plenário que a Mesa designou os Senadores da Bancada do Rio de Janeiro Benedita da Silva, Darcy Ribeiro e Artur da Távola, bem como o Senador Josaphat Marinho, para representá-la nos funerais do Senador Nelson Carneiro.

Antes de encerrar esta sessão, é dever da Presidência dizer algumas palavras. E eu o faço com profunda comoção.

Sou companheiro de Nelson Carneiro há quase cinquenta anos de vida pública. Éramos nós, no Parlamento, os únicos ramanescentes da legislatura de 1955.

Conheci-o como irmão de Edson Carneiro, meu velho companheiro de letras, que muitas vezes acompanhei nas suas pesquisas sobre folclore e cultura popular, nas suas viagens à Bahia e ao Maranhão. Encontrava Nelson Carneiro junto àquela plêiade de homens extraordinários que durante grande tempo enriqueceram a vida pública no Brasil e que tinham lutado contra a ditadura Vargas. Ao seu lado estavam Octávio Mangabeira, Prado Kelly, Carlos Lacerda, Gustavo Capanema, Lúcio Bittencourt e tantos grandes homens que participavam daquela legislatura.

Nelson Carneiro, desde cedo, mostrou o rumo que devia seguir dentro da política. De uma família de intelectuais, ele mesmo escolheu o jornalismo, para manifestar a sua inconformação e a utilização da palavra no combate a todos os desmandos.

Nelson, como jornalista, apoiou a Revolução de 30. Em 32, ei-lo rompendo com a Revolução de 30, apoiando a Revolução Constitucionalista e por isso sofreu na Bahia o ultraje da agressão física, do espancamento e da deportação.

Depois, a sua carreira é marcada sempre por uma grande luta que muitas vezes saía do jornalismo para a política. Como intelectual, devo ressaltar que, em seguida, caminharia nos rumos do Direito, o Civil e o Constitucional, ao lado do grande Professor Orlando Gomes, a quem também tive a oportunidade de conhecer e de conviver no Estado da Bahia.

Depois, Nelson Carneiro percorreu uma longa e grande vida pública, toda ela marcada por qualidades excepcionais. Morre com ele uma das páginas maiores da inteligência, da honradez, do trabalho e da dedicação à vida pública brasileira. É o seu exemplo que ficará permanentemente. Esse exemplo ele o deu em todos os momentos de sua vida, até a última hora.

Joaquim Nabuco dizia que o mais difícil na vida parlamentar era encontrar uma causa – ele que tinha encontrado a grande causa da abolição.

Durante todos esses anos de parlamento vi dois parlamentares encontrarem a sua causa: Afonso Arinos, com a causa das minorias raciais, a Lei Afonso Arinos, que o consagrou. Vi Nelson Carneiro com a causa dos direitos civis, dos direitos da família. Também devo dizer que vi, nos últimos tempos, o Senador João Calmon, com a causa da educação.

De certo modo, a vida parlamentar vive de instantes, vive de um brilho efêmero de um discurso, de um aparte, de um fato político importante para dissolver-se nos Anais dos parlamentos, onde se guardam para sempre o silêncio e o esquecimento.

Nelson Carneiro deixa para nós o exemplo extraordinário de luta. Vejo a sua figura penetrando neste plenário, derramando suas lágrimas comovidamente e comovendo a todos.

Eu mesmo me perguntava que lágrimas são essas do velho Nelson Carneiro a quem eu conheci tão duro, tão rígido, tão valoroso, tão intransigente na defesa dos seus ideais e da sua causa e respondi a mim mesmo que ele chora não por ter deixado a política ou não ter sido eleito, ele chora por ter deixado o seu instrumento que usava para lutar por aquilo que ele fez a vida inteira, que foi a busca do bem público.

A sua vida toda é marcada pelo seu amor à política, a política como instrumento de trabalho do homem público, não a política como a arte ou a política como artifício. Nelson Carneiro, portanto, teve a sua personalidade sempre e sua figura humana marcadas por essa devoção que teve até o fim da sua vida, até os últimos instantes.

Perguntava-me também como ele tinha forças para vencer a morte. Há mais de 10 anos, todos os seus amigos o viam numa difícil luta entre a vida e a morte. Também, a mim mesmo, eu respondia: é a sua devoção à vida pública que lhe dá forças para enfrentar todos os problemas de saúde que enfrentou. Enfrentou-os porque se havia defrontado com todas as vicissitudes na política. Conheceu dias de glória, da alegria mais pura, da emoção maior da vitória nos mandatos que o povo lhe deu. Conheceu também os dias amargos da derrota maior e da injustiça; a agressão física, o ódio e a violência de que ele próprio foi tomado na defesa que achava que era um ultraje a sua pessoa, mas um homem que viveu todas as emoções que vive um homem público.

Nesta tarde, posso dizer, com profunda comoção, ao proferir estas palavras, que me cabe por dever, porque realmente no futuro eu farei nesta Casa o elogio do homem público que foi Nelson Carneiro.

Como disse o Senador José Fogaça, ninguém como o Senador Nelson Carneiro, nesses tempos todos, teve tamanha dedicação à função parlamentar, ao exercício do trabalho parlamentar, onde exercia seus três ramos conhecidos: na tribuna, como meio de fiscalização nos Parlamentos, nas Comissões e como Legislador; o homem dos projetos de lei, permanentemente, sem deixar um minuto, atento a tudo o que se passava na Casa, aos pareceres, sem querer deixar de examinar uma emenda, um projeto ou a Ordem do Dia.

É esse exemplo de parlamentar que fica para todos nós e é esse exemplo que certamente será importante e figurará nos nossos Anais.

Quero encerrar a sessão dizendo que o Senado nesta tarde está realmente lamentando um dos seus mais marcantes Senadores. Afrânio Peixoto dizia que vivemos dos nossos mortos. Nelson Carneiro é um morto nosso, morto do nosso Senado, porque acredito que nenhuma Casa ele amou tanto e tanto quis quanto ser Senador da República e trabalhar no Senado Federal pelo Brasil e pelos interesses do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 10h30min, com a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1996 **(Em regime de urgência, nos termos do** **Requerimento nº 58, de 1996)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 16, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia para operações de crédito externo a serem contratadas pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, mediante lançamentos de títulos no exterior, no valor máximo acumulado equivalente a até setecentos e dez milhões de dólares norte-americanos, destinados ao pagamento de dívidas garantidas pelo Tesouro Nacional e autoriza o Governo do Estado de São Paulo a prestar contragarantia à União para as mesmas operações de crédito, com voto vencido, em separa-

do, do Senador Carlos Bezerra, e vencidos os Senadores Lauro Campos e Bello Parga.

- 2 -

PROPOSTA DE EMENDA À - CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 1995 (nº 163/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, Ademir Andrade, Roberto Freire, Ronaldo Cunha Lima, Benedita da Silva e Carlos Patrocínio.

(Segundo dia de discussão)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h30min.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. HUGO NAPOLEÃO NA SESSÃO DE
26/01/96, QUE SE REPUBLICA POR
Haver saído com incorreções do DSF
DE 27-1-96**

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de citar a expressão shakespeariana, "ser ou não ser, eis a questão". Refiro-me mais especificamente à questão da participação de Ministros de Estado nas campanhas eleitorais.

Quero afirmar que nos últimos dias a imprensa tem noticiado posições favoráveis, posições contrárias, posições intermediárias. Há aqueles, portanto, que estão a favor da participação de Ministros na campanha de 1996; há aqueles que são contra essa participação e há aqueles que acham que uns podem colaborar e outros podem até prejudicar, dependendo do Ministro que estiver atuando na campanha eleitoral.

Sr. Presidente, quando digo "ser ou não ser, eis a questão", faço-o porque houve uma afirmação inicial de que os Ministros de Estado não participariam da campanha eleitoral. Parece que foi uma decisão governamental.

Já, hoje, abrimos os jornais na parte da manhã e vemos o Presidente da República, Fernando Hen-

rique Cardoso, na Índia, afirmar que devem participar da campanha eleitoral.

Penso que isso não deveria ser motivo para ce-leuma. Os Ministros de Estado são cidadãos. Eu mesmo já fui Ministro, por três vezes, e participei de campanha eleitoral. O Ministro tem o direito, tem o acesso.

Agora, é preciso ver como essa campanha eleitoral vai dar-se. Na Grã-Bretanha, por exemplo, os Ministros de Estado originários da Câmara dos Comuns. São os chamados Secretários que participam normalmente da campanha eleitoral, até por que vão cogitar de suas próprias reeleições.

É preciso distinguir o que é a participação, como vai ser a participação. Não vejo mal algum em que o Ministro de Estado suba ao palanque, discursse ou não discursse, fale ou deixe de falar, ou que vá a um encontro público, ou a uma passeata, ou a uma caminhada, ou a uma visita a um mercado público, ou a uma biblioteca, seja como for, como acontece normalmente, usualmente, permanentemente, costumeiramente nas campanhas eleitorais.

E acho mais, acho que pode participar, por exemplo, de debates. Será que porque está investido das funções de Ministro de Estado e é político está o Ministro proibido de ir a uma manifestação pública ou a um meeting? Acho que não!

Há que distinguir entre a participação do Ministro e a participação do Ministério. Se, obviamente, ele toma atitudes, se ele toma providências administrativas que visem beneficiar a candidato "a" ou a candidato "b", então ele estará incorrendo em falta grave. Se ele procura, direta ou indiretamente, liberar verbas do seu Ministério para aquele que é o candidato, por exemplo, do prefeito à prefeitura, para beneficiar, indiretamente, o candidato a prefeito com mais obras e mais empregos, ele estará, obviamente, distorcendo a boa moralidade e os bons costumes. E acredito que ele não possa fazer isso.

Mas participar, no sentido da cidadania, acho até que é uma obrigação. Não faço restrição. Há poucos dias, o Ministro das Comunicações disse que vai aos palanques. Acho que ele está certo, que pode ir aos palanques, deve até ir, é bom que vá.

No entanto, uma cautela deve ser tomada, por qualquer Ministro de Estado, com relação aos coligados. Por exemplo: num determinado Estado, os que detêm mandatos majoritários, a meu ver, devem tomar cuidado quando há dois coligados candidatos a prefeito. Às vezes eles apóiam o candidato do seu Partido esquecendo-se de que o outro candidato é, igualmente, da coligação que sustenta o Governo do Estado. Então, eu acho que um Ministro do meu Par-

tido, o PFL, pode ir, mas não é recomendável que ele vá quando há dois coligados. Se há um do PTB, por exemplo, ou do PSDB, se há candidatos do PFL ou do PSDB num município, aí, sim, acirrar-se-ão os ânimos.

É preciso, pois, que a participação também tenha essa conotação de natureza política, que possam ser observadas, rigorosa, precípua e objetivamente, essas duas questões: a da não participação administrativa e a da participação política.

Recomendo, sugiro, deixo aqui a minha opinião de que os Ministros abstenham-se de subir a palanques quando há coligados de outras siglas, porque aí, sim, vai criar-se uma celeuma no Governo – e eu chamo a atenção para isso –, pois se o determinado Ministro do PFL subir num palanque pefelista no município "x" do Estado "y", ele vai, naturalmente, gerar reclamações do candidato do PSDB, que vai pedir a presença de Ministro do PSDB no seu comício porque o do PFL foi ao palanque do PFL. Aí gerar-se-á, no seio do próprio Governo – e eu chamo a atenção –, atritos. Imaginem no Congresso!

É preciso saber como pisar, é preciso pisar em terreno firme. Quando houver, obviamente, um candidato de um partido e outro de outro partido que não seja da coligação governamental, acho até bom. Senão correr-se-á o risco de até mesmo na administração pública haver desentendimentos. E, por que não dizer, no seio do Governo. E isso prejudicará o andamento das coisas e teremos realmente dificuldades imprevisíveis no curso da campanha.

Resumindo: participar, sim, de atos públicos; nunca com medidas administrativas, até porque recordo-me que votamos aqui a lei eleitoral, na qual há a proibição expressa de liberação de verbas no período que antecede a eleição, a partir já do segundo semestre deste ano. Mais do que inconveniente, é ilegal.

Agora, pode haver uma ficção de direito também. O Ministro pode chegar e dizer: – Mas eu libero depois, mais adiante nós vamos fazer a liberação. Isso poderá acontecer e deverá ser evitado. Em todos os casos tem que ser uma participação de cidadão.

E, finalmente, com relação a essa participação, acho que ela deva ser cautelosa e cuidadosa nas hostes dos aliados do Governo, sob pena de prejuízos de natureza administrativa, causando efeitos secundários, mas malévolos, no seio do próprio Governo.

Essas coisas, Sr. Presidente, são mais ou menos como aquelas diferenças que existem entre o Nordeste e o Sul do País. Ninguém é contra que se cuide bem de São Paulo, que é o carro chefe, o carro motriz da Federação brasileira. Ao contrário, quero

mais fortalecido, melhor para todo o País. Mas devemos lembrar que as regiões mais carentes, como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste precisam também ter atendidas as suas reivindicações.

Agora, por exemplo, o Governo está propondo, com R\$15 bilhões, o saneamento do BANESPA. Com R\$2 bilhões seriam concluídas todas as obras hídricas do Nordeste brasileiro. São dois pesos e duas medidas. "Ser ou não ser, eis a questão." E aí é preciso que tanto política quanto administrativamente tenhamos cuidado.

Foram liberados para o Rio de Janeiro quase um bilhão de reais, quantia cinco vezes maior do que o orçamento do FINOR. Esta é outra grande injustiça do "ser ou não ser" neste País, quando vemos que o Nordeste cresceu, nos últimos 6 anos, meio por cento negativo, ou seja, o Nordeste decresceu. Isso é arriscado.

É por isso que nós, Senadores e Deputados da região, vamos apresentar ao Presidente da República um espelho de nossas reivindicações, das medidas preconizadas em matéria de infra-estrutura, de financiamento e de descentralização industrial, daquilo que é necessário para o soerguimento da região.

Vemos também que 50% da dívida do BANESPA serão cobertos com a emissão de títulos públicos – a ser aprovada ou não aprovada por este Senado – e os outros 50% com a venda de bens imóveis para o Governo Federal.

Eu gostaria de dizer que, na minha concepção, aeroporto sempre foi próprio federal. Aliás, não digo sempre. Há aeroportos privados, como o de Porto Seguro, na Bahia, que é altamente bem administrado, em condições – parece-me – de excepcional eficiência financeira. Aproveito para elogiar a Infraero, que é um exemplo de boa administração de empresa pública.

A meu ver, os Aeroporto de Cumbica e de Congonhas são próprios federais, a não ser que amanhã me provem, por meio de escritura, que são próprios estaduais. Mas a sua administração é federal, como a dos portos brasileiros.

Quero apenas dizer que a situação de dois pesos e duas medidas precisa ser compensada no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de uma medida equânime. O que se deseja é que aja uma atitude mais justa com as regiões e Estados da Federação brasileira.

Por isso, tanto na política quanto na administração, "ser ou não ser" continua mesmo sendo a questão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
HUGO NAPOL O NA SESSÃO DE 31/01/96,
QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO
COM INCORREÇÕES DO DSF DE 1-2-96**

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, traz-me à tribuna hoje o tema do desemprego em nosso País.

Antes, porém, quero de registrar a minha convicção segundo a qual a Constituição de 1988 foi votada e promulgada num clima de emoção. Veio a queda do Muro de Berlim. E aquelas teses esposadas, às vezes no calor dos debates, dos quais eu mesmo tive oportunidade de participar, foram então colocadas em desafio perante a história.

O Brasil seguia para um rumo de onde o mundo já estava vindo. Estávamos quase na contramão da história, até que, no ano passado, em 1995, votamos as emendas constitucionais que provocaram uma verdadeira revolução nas questões das telecomunicações, do petróleo, da cabotagem, da empresa nacional e do gás canalizado.

Na questão das telecomunicações, por exemplo, para mostrar o quão importante é o setor, eu citaria a nossa deficiência: o Brasil tem um índice de 7,2 telefones por 100 habitantes; é um dos mais baixos índices. Estará, seguramente, entre o 33º e 35º lugar no mundo. A necessidade de duplicar o número de telefones de 12 milhões de terminais para 24 milhões, em mais 3 anos, ou de postos telefônicos ou de telefones celulares de perto de 1 milhão para 6 milhões, também nos próximos 3 anos, demonstra que o Estado, embora tendo agido com perfeição através do Sistema Telebrás e da Embratel, não foi capaz de suprir o mercado. Daí a necessidade de que empresas nacionais ou estrangeiras venham a ingressar nesse mercado.

Desejo referir-me, também, a outra emenda constitucional. Falaria, por exemplo, da navegação de cabotagem. A imprensa registrou que, agora, começam a ser preparados os primeiros cruzeiros marítimos turísticos na costa brasileira, de Norte a Sul, inclusive com navios estrangeiros, a fim de que – porque não temos navios de cabotagem de passageiros, apenas de carga – venham promover o nosso turismo interno, e também o turismo de migração. E, assim, votamos outras emendas liberalizantes.

Mas, agora, diante desse quadro, após o pesadelo da inflação, após as dificuldades de um período de espiral inflacionária que a todos afetou, sobretudo as populações de renda mais baixa, hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos efetivamente, através do Plano

Real, uma nova mentalidade. Enfim, poderemos vislumbrar, daqui para a frente, melhores dias. E é o que queremos, é o que esperamos.

Porém, deparamo-nos com um quadro de desemprego bastante difícil. Já encontramos hoje, por exemplo, na cidade de São Paulo, capital do Estado, carro-chefe da Federação brasileira, 1 milhão e 94 mil desempregados. Se computarmos esses últimos 12 meses, encontraremos 200 mil desempregados. Os índices mostram que, a partir do mês de janeiro, da semana de 8 a 13, houve 7 mil, 487 desempregados em São Paulo. A esses vieram se somar mais de 11 mil na semana seguinte. E, felizmente, agora, na última semana, parece que esses números estão razoavelmente mais reduzidos.

Lamentavelmente, são números drásticos, difíceis, negativos e que trazem apreensão. Que diremos então do desemprego, se estamos falando de São Paulo, em relação ao resto do País, no meu Nordeste, no Centro-Oeste, no Norte, no Sudeste e na Região Sul?

Vemos, então, que nós estamos deparando com um problema da maior dificuldade. O Brasil não pode ter um Plano Real estável e ver-se a braços com um desemprego que se afigura quase galopante. Urgem medidas para saná-lo.

Sr. Presidente, todas as pesquisas de opinião pública dos grandes institutos brasileiros, que antes registravam ora a saúde, ora a segurança, ora a inflação como os temas mais preocupantes para a população brasileira, indicam que essas preocupações foram substituídas pelo desemprego. Senão vejamos: o Instituto Vox Populi mostra que a inflação hoje é a preocupação de 36% dos brasileiros, contra 27% com a saúde.

O sociólogo Marcos Coimbra mostra que a população menos informada, talvez instigada pelo próprio discurso oficial, entendia que o fim da inflação resolveria o problema econômico como um todo. Passada a euforia do Real, a população teria percebido então que a economia não foi resolvida inteiramente. Descobriu que a inflação era o problema agudo, mas que, além dele, o País sofria e sofre de males crônicos. Isso está no informe JB, de Maurício Dias, no Jornal do Brasil de 29 de janeiro do corrente.

Engana-se quem pensa que esse é o único instituto de pesquisa que chegou a essa conclusão; não, rigorosa e absolutamente não. Verificamos também, no **Correio Braziliense** do dia de hoje, 31 de janeiro, que o Instituto Gallup consultou 2 mil, 705 pessoas em 209 cidades, em 23 Estados – quase em todos os Estados da Federação brasileira – e chegou ao seguinte resultado: 42% da população

preocupam-se com o desemprego; seguido da saúde, com 36%; da educação, com 30%, e da segurança com 26%. A má distribuição da renda brasileira foi apontada por 24%, e a incompetência dos governos, por 21%. Os baixos salários foram citados por 19%; o custo de vida, por 13%, e a preocupação com a falta de moradia, por 9%.

Mais adiante, a pesquisa indicou que 65% dos entrevistados se sentem prejudicados pela política econômica do Governo. Só uma minoria, de 15%, sente-se beneficiada. Quem tem mais queixas, 69%, são exatamente os pobres.

Ora, diante de tais circunstâncias, a opinião pública tem-se manifestado de maneira cabal, de maneira incisiva; de maneira mais do que incisiva, de um modo aflito, temerosa das conseqüências ou do agravamento dessa crise de desemprego que assola o País nos nossos dias.

Não é demais falar no Professor Jorge Matoso, da Unicamp. Ele diz que essa situação de desemprego decorre da alta taxa de juros, do baixo crescimento econômico, da âncora cambial e de outros fatores que afligem a população. Ele diz: "Há quatro correntes que negam o problema, afirmando que esse é um problema internacional". O Professor Matoso reage afirmando, em contrapartida, que isso não pode servir de desculpa. Algumas nações vêm enfrentando de maneira adequada, outras, de maneira inadequada.

Dizem outros que a tecnologia – e até o Ministro Pedro Malan chegou a citar – é responsável pelo desemprego. Lembrou até o ludismo, um movimento que teve início no século XIX, destinado a destruir as máquinas que estavam substituindo o homem, as máquinas que estavam substituindo o trabalho do homem eram então destruídas. Dizia Jorge Matoso que não é a tecnologia a responsável. Ao contrário, ela vem forçando em alguns lugares um número maior de empregos, e, em outros, eventualmente um número menor; mas nem por isso seremos os destruidores das máquinas de nossa era, já que estamos falando em Internet, em terceiro milênio e no ano 2.000.

O Professor citou também a questão dos custos. Aqueles que dizem que os custos são responsáveis por essa situação estão errados, porque os custos no Brasil são ínfimos, são bem menores do que em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento.

O Professor afirma também, em relação ao crescimento econômico, que o não-desenvolvimento é o responsável por essa situação de desemprego. Ocorre que esse não é o único fator. Há outros: há o

fator de crédito, há fatores sociais, há fatores políticos, que podem levar ao desemprego.

O Sr. Lauro Campos – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Lauro Campos – Prestei muita atenção ao discurso de V. Ex^a, mediante o qual procurou fazer um retrato imparcial da situação. Nesse aspecto, louvo sua conduta e sua manifestação. Eu gostaria apenas enriquecer as palavras de V. Ex^a; enriquecer, porque a contribuição não é minha, mas do ex-Ministro e atual Embaixador Rubens Ricupero. S. Ex^a escreveu um artigo e pronunciou nesta Casa uma conferência na qual lembra que o capitalismo não conseguiu absolutamente resolver seus principais problemas, entre eles o da existência de 820 milhões de desempregados, em escala mundial. Dizia e escrevia o ex-Ministro e Embaixador Rubens Ricupero que é preciso voltar à leitura de Marx, voltar a leitura de **O Capital**, porque lá se encontram – de acordo com S. Ex^a – as respostas a esses problemas que o capitalismo não conseguiu resolver. Apenas lembro a V. Ex^a que, de acordo com o pensamento ortodoxo, da mais pura ortodoxia monetarista e neoclássica – e citaria aqui o Professor Arthur Cecil Pigou, que diz: "o salário zero ou negativo assegura o pleno emprego continuamente, ou seja, **zero negative wage will ensure employment continuously**. Se se pagasse zero a todos os trabalhadores, é evidente que todos os patrões queriam encher suas fábricas de trabalhadores a custo zero. E essa é a lógica do capitalismo, contra a qual me posiciono. Existe, portanto, uma vocação para desemprego nesse sistema. Vemos que os trabalhadores brasileiros, ao se contentarem com apenas R\$100 por mês, quase zero, estão pagando com aquilo que deixaram de ganhar o salário de outros. Ou seja: se cada um ganhasse R\$600 ao invés de R\$100, obviamente o número de desempregados seria muito maior. Ganhando apenas R\$100, permitem que mais outros cinco brasileiros sejam empregados. De modo que quem está resolvendo o problema do desemprego no Brasil é a fome e a miséria do trabalhador que ganha apenas R\$100 por mês. Isso, de acordo não com Marx, mas com a mais pura ortodoxia. E, se não fosse prolongar demais, eu citaria também Keynes, que diz existir uma correlação unívoca e inversa entre o volume de emprego e o salário que ganha uma unidade de trabalho. De modo que "para aumentar o volume de emprego é preciso reduzir o salário", dizia John Maynard Keynes. De modo que,

por essas razões e muitas outras, posiciono-me contra a lógica perversa que domina esse sistema, que produz, através da tecnologia, de outros ingredientes e relações, o desemprego crônico que agora se agrava e atinge, como lembra Rubens Ricupero, 820 milhões de trabalhadores: 16.8% na Argentina; 15.8, aqui, em Brasília; 13.6, em São Paulo. De modo que a situação é realmente lamentável.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Recolho o aparte de V. Ex^a, nobre Senador e afirmo que estamos de acordo quanto à admiração ao Embaixador Ricupero, ex-Ministro da Cultura e da Fazenda.

Apenas acrescento que, em matéria de monetarismo, não chego a esposar as teses de Milton Friedman, nem muito menos da Escola dos Rapazes de Chicago, que tiveram tanta influência em determinada época da nossa História em todo o mundo. Com relação ao socialismo – não vou nem falar no marxismo –, eu poderia dizer que os primeiros a abandonar a tese, os primeiros a abandonar o sistema, os primeiros a deixar o regime foram exatamente aqueles que, primeiro, o adotaram, ou seja, a ex-União Soviética e o Leste Europeu. Creio que hoje apenas Cuba, nem mais a Albânia, a Coreia do Norte e a China adotam ou esposam esse sistema. Penso que o capitalismo tem seus males; pode ser até que as multinacionais sejam, como Samuel Pizar definiu, um monstro econômico, mas trazem tecnologia, **know how** e, indiscutivelmente, promovem empregos. E aí estão todas essas empresas do setor privado no nosso País, que, afinal de contas, ainda são as que empregam em massa e em grande quantidade.

O ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, filiado ao meu Partido, o PFL, tem algumas observações sobre esse tema, e as fez ao **Jornal do Brasil** – vou falar sobre elas posteriormente. Lembro que o próprio Ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse recentemente que estamos numa situação em que, para cada real pago ao empregado, R\$2,90 são gastos com encargos sociais. São valores que, somados, totalizam 187% do valor pago ao empregado a título de salário.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Hugo Napoleão?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Com prazer, ouço o aparte do nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão – Senador Hugo Napoleão, não desejo interromper por muito tempo este discurso, mediante o qual V. Ex^a impulsiona o ângulo de um dos problemas mais graves que o Brasil já viveu em toda a sua História: o desemprego. Na dé-

cada de 70, o mundo esteve mergulhado em situação dessa natureza, como consequência da crise do petróleo, da qual o Brasil escapou, valendo-se da poupança externa. Daí por diante veio a inflação, que agora o Governo decidiu combater com todas as armas. E não se combate uma inflação resistente sem uma boa dose de recessão. A recessão, como se sabe, gera desemprego. Mas essa recessão e esse desemprego não podem ser levados ao paroxismo, e é o que está acontecendo nesse momento. Creio que é chegado o momento de o Governo investir. O Poder Público precisa também investir para voltar a gerar empregos. V. Ex^a foi Governador de um Estado, governou, com extrema competência, o Piauí; foi Ministro do Governo Sarney, em duas Pastas; foi Ministro das Comunicações, do Presidente Itamar Franco, inclusive tive a oportunidade de viajar com V. Ex^a por vários Estados inaugurando sistemas de telefonia e outras atividades ligadas ao seu setor, e vi ali uma fecunda administração. É preciso que o País volte a ter outra vez esse tipo de administração realizadora, para que novamente possamos ter um nível de emprego compatível com a necessidade do País. Cumprimento V. Ex^a pelo tema que aborda, com a autoridade de Líder, de grande político e administrador que é, e creio que vamos sair nesta tarde do Senado com uma contribuição valiosa para resolvermos este grave problema que tanto afeta a vida dos brasileiros neste momento.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Espero, Senador Edison Lobão, poder chegar exatamente às conclusões do meu pronunciamento, nas quais busco mostrar algumas alternativas, muitas das quais já vêm sendo, inclusive, matéria e objeto de debate, não só através da imprensa, como em vários centros brasileiros de pesquisa, de pensamento em casas legislativas e assim por diante. Sei também que V. Ex^a, que foi Governador, notou as agruras que todos sentem com relação ao desemprego e à necessidade de trazer fomentos que possam supri-las, já que derubar o desemprego é impossível, mas procurar pelo menos minimizar, reduzir os seus efeitos.

Gostaria de citar, para mostrar a questão dos encargos, e isso é uma questão extremamente importante, sobretudo se virmos o que está acontecendo na Alemanha neste momento – que hoje existem as seguintes contribuições:

- a contribuição de empregados e empregadores para a Seguridade Social;

- a contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (incidente sobre faturamento e receita operacional bruta);

- a contribuição sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas;
- a contribuição do PIS/PASEP (incidentes sobre o faturamento e receita operacional bruta e destinada ao financiamento do Programa de Seguro Desemprego e do Abono Anual);
- a contribuição para o FGTS;
- a contribuição para a Seguridade Social do servidor;
- a contribuição do salário-educação;
- a contribuição sobre receitas de concursos de prognósticos;
- a cota da Previdência;
- a contribuição para o ensino fundamental;
- as contribuições para o ensino marítimo e aeroviário;
- a contribuição sindical e as contribuições rurais.

Afora as contribuições de caráter privado para o Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar e Senat.

O Sr. Jader Barbalho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Vou citar os respectivos números, concedendo, evidentemente, antes o aparte ao nobre Líder Jader Barbalho do PMDB.

O Sr. Jader Barbalho – Senador Hugo Napoleão, desejo inicialmente cumprimentar V. Ex^a que assoma à tribuna para emitir juízos e conceitos a respeito de um tema que, efetivamente, está a preocupar a sociedade brasileira, que é a questão do desemprego. V. Ex^a, há pouco, falava inclusive a respeito de pesquisa. O meu Partido, o PMDB, teve a oportunidade, hoje, de se reunir para analisar uma pesquisa realizada em todo o Brasil pelo Instituto Gallup. E exatamente o item desemprego ou a questão desemprego aparece como a preocupação maior da sociedade brasileira, e fundamentalmente a preocupação dos mais pobres da sociedade brasileira. É preciso que o Governo ouça Lideranças como V. Ex^a, que lidera um grande Partido como é o da Frente Liberal, com a autoridade de quem já exerceu, como foi dito há pouco, tantos cargos na administração pública neste País, e que pertencendo à base parlamentar do Governo, não só tem a obrigação de ajudar o Governo politicamente, mas tem a obrigação de fazer o Governo sentir preocupações que hoje permeiam toda a sociedade brasileira. Com relação a essa questão do desemprego, também abordada por V. Ex^a, quero concordar que é mais do que justo que a sociedade brasileira espere uma solução definitiva em relação à questão da inflação, que vinha atormentando a todos nós. Mas também não se pode transformar

este País num escritório de contabilidade, onde se vai festejar apenas o fato de se ter reduzido a inflação, sem olhar para o outro lado, que há a necessidade de se atentar para o agravamento da questão social que aí está. Se me permite V. Ex^a, gostaria ainda de registrar um dado: este momento da vida brasileira é especialíssimo e não temos o direito de perdê-lo. Esse Governo tem, talvez na História da República, a maior base de sustentação política e parlamentar. Talvez nenhum outro Governo tenha tido, no Brasil, o que o Governo Fernando Henrique tem. Por outro lado, as autoridades da área econômica, quase todas elas participaram de governos anteriores como também tiveram a oportunidade de elaborar outros planos. Todos nós esperamos que, com a experiência acumulada, inclusive algumas que não tiveram sucesso, e com todas essas condições políticas que aí estão, com um Congresso que, pela sua maioria esmagadora, não tem negado ao Presidente da República nenhuma das suas iniciativas, tenhamos sucesso. O ano legislativo passado é um exemplo disso, a todas as propostas de reforma constitucional enviadas emprestamos a nossa solidariedade, aliás estamos aguardando a sua regulamentação, porque houve quem dissesse até que o Senado não devia atrasar, que o Senado não devia emendar, porque havia urgência. E estamos ansiosos pela regulamentação das emendas constitucionais por que elas não são auto-aplicáveis, sabemos disso! Então, caro Senador Hugo Napoleão, que a palavra de V. Ex^a, que é uma das lideranças mais expressivas desta Casa e da política brasileira, sirva, acima de tudo, como palavra insuspeita de quem realmente quer colaborar com o Governo fazendo parte da sua base parlamentar e alertando para um tema gravíssimo como é a questão do agravamento da crise social no Brasil, refletida na questão do desemprego. Os meus cumprimentos a V. Ex^a. Continuarei em Plenário para ter a oportunidade de ouvir o restante das observações lúcidas que V. Ex^a faz.

O SR. HUGO NAPOLEÃO Recolho o aparte de V. Ex^a, nobre Senador e Líder Jader Barbalho, afirmando que V. Ex^a feriu, tocou com precisão o sentimento que me domina neste momento, nesta hora, neste instante, aqui e agora, que é o de que, embora fazendo parte das Bancadas que dão sustentação ao Governo, não desejo, de maneira alguma, deixar de trazer a minha palavra, da tribuna do Senado, e as contribuições necessárias a que possamos sair desse estado negativo de desemprego e minorá-lo, reduzi-lo e minimizá-lo ao máximo possível. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Hugo Napoleão, apenas para ajudar V. Ex^a – V. Ex^a tem visto como tenho procurado ser zeloso com o Regimento -, e como vejo que há vários Colegas nossos que estão desejando apartear-lo, e como V. Ex^a manifestou que o seu discurso tem algumas conclusões a serem feitas, para que V. Ex^a possa planejá-lo melhor, peço que verifique que dispõe apenas de 21 minutos a mais.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Agradeço a V. Ex^a e procurarei cingir-me a esse horário, e, certamente, vou conceder um aparte, pela ordem, aos Senadores Joel de Hollanda, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Fernando Bezerra e José Agripino, pedindo que S. Ex^{as} sejam breves. Mas, quero apenas trazer aqui os números atuais que recaem sobre a contribuição e sobre os encargos trabalhistas. Refiro-me aos seguintes percentuais -:

Contribuição previdenciária: 22,0;

Contribuição do salário-educação: 2,5;

Contribuição para o Sesi/Senai, ou Sesc/Senac, ou Incra/Senar, ou ensino aeroviário ou ensino marítimo: 2,5;

Contribuição adicional para o INCRA: 0,2;

Contribuição para o SEBRAE: 0,6;

2-Encargos trabalhistas:

Contribuições para o FGTS: 8;

Décimo-terceiro salário: 8,3;

Férias remuneradas: 11,1;

Aviso prévio: 2,5;

Indenização compensatória (40% do FGTS): 3,2.

Todos esses encargos incidem sobre a folha, não que eles não sejam bem aplicados; temos várias instituições que estão cumprindo as finalidades a que se propuseram, mas, indiscutivelmente, temos que examinar isso também, como a Alemanha está se propondo a examinar.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Joel de Hollanda.

O Sr. Joel de Hollanda Meu caro Líder Hugo Napoleão, o tema que V. Ex^a, com tanta objetividade e profundidade, aborda nesta tarde está na pauta das preocupações dos trabalhadores, um dos maiores interessados na questão, do governo pela sua responsabilidade de zelar pelo social, pelos problemas sociais do nosso País, dos empresários e da sociedade como um todo, que não pode assistir que milhares de trabalhadores fiquem perambulando pelas cidades, nas portas das fábricas, recebendo uma só resposta: "não há vagas". É, portanto, um problema que está preocupando a sociedade brasileira porque, em última análise, o desemprego significa

aumento da pobreza, da miséria e, em certa medida, da própria violência social. A dimensão do drama do desemprego tem também uma preocupação nossa, de nós, políticos, que deveremos debater e discutir, assim como V. Ex^a faz hoje com tanta sapiência e com tanta objetividade. Diria que, neste momento, podemos vislumbrar duas linhas de ação que devem ser desenvolvidas para enfrentar a questão. Falo inicialmente na questão emergencial. A questão do desemprego no Brasil e sobretudo nas regiões mais pobres, como é o Nordeste, é de tal gravidade que está a exigir do governo, dos empresários e de toda a sociedade talvez um mutirão ou arrastão, o que quer que seja, mas que seja feito de forma imediata para criar mais oportunidade de trabalho para esses pais de família. Diria, em colaboração com o discurso de V. Ex^a, algumas alternativas que julgo importantes, como a *retomada dos investimentos na construção civil*, reconhecidamente o setor que emprega muita mão-de-obra e sobretudo mão-de-obra não qualificada, a *construção civil*, sobretudo na área de habitação, de casas populares. As hidrelétricas paralisadas...

O SR. HUGO NAPOLEÃO V. Ex^a se antecipa, pois era lá que eu iria chegar.

O Sr. Joel de Hollanda Pois não, Senador Hugo Napoleão. Continuando, há quase uma centena de hidrelétricas que estão paralisadas. Há também os hospitais, as escolas, os CIEPs, etc. V. Ex^a foi Ministro da Educação e sabe que perto de 500 CIEPs estão paralisadas. Portanto, a retomada dos investimentos na construção civil parece-me algo extremamente importante e que poderia ser feito de imediato para minimizar a questão do desemprego. O apoio aos micros e pequenos empresários e o apoio ao setor informal também são medidas que poderiam amenizar o drama dos desempregados no Brasil. E, a médio prazo, caberia a nós, políticos, regulamentar o mercado de trabalho, atualizando a CLT, a qual não atende mais as necessidades de um país com uma abertura econômica, um país que se moderniza. Além disso, dever-se-iam estabelecer novas relações entre o capital e o trabalho. Concluindo, Senador Hugo Napoleão, para que os outros colegas também tenham oportunidade de apartear-lo, diria que a Argentina, nosso vizinho, admite hoje 13 formas de contratação de mão-de-obra de forma simplificada, de forma temporária, a fim de gerar mais oportunidades de trabalho naquele país. Sendo assim, penso que V. Ex^a foi muito feliz ao trazer para o debate nesta Casa um tema que é preocupante, que é grave, que é sério e que precisa do

concurso de nós, Senadores, e da classe política como um todo, para que possamos apoiar o Governo e os empresários nisso que poderia ser um arrastão, um mutirão para minimizar a questão do desemprego. Parabéns a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Nobre Senador Joel de Hollanda, o nosso correligionário Mário Henrique Simonsen diz que duas situações, e vislumbro apenas duas, ajudariam a contribuir ou pelo menos procurar resolver essa questão: a primeira seria uma modificação na legislação trabalhista e a segunda, o crescimento econômico. E salienta que a construção civil e a agricultura não serão bons caminhos enquanto houver taxas elevadas de juros e baixo crescimento econômico. Ao contrário, baixas taxas de juros e crescimento econômico em ascensão poderão ajudar a resolver o problema.

E fala também Mário Henrique Simonsen a respeito dos contratos, como nos Estados Unidos, por tempo determinado, sobre os quais não recaem encargos.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy – Em primeiro lugar, Senador Hugo Napoleão, é extremamente importante, como os demais colegas, que V. Ex^a tenha trazido à tona tema tão fundamental quanto o desemprego. Aqui reconhecendo e chamando a atenção do Governo Federal, que não tem resolvido adequadamente este problema. Para se combater a inflação não é necessário que tenhamos de ter tanto desemprego. É perfeitamente possível compatibilizar-se crescimento da economia, melhoria da distribuição da renda e equilíbrio das contas externas com uma política de muito maior nível de emprego e formas de erradicação da miséria. Há um livro recente de um dos maiores economistas deste século. Prêmio Nobel da Economia de 1977, falecido em dezembro passado, homenageado pela revista **Economist**, seu nome é James Edward Meade. Ele escreveu, como última contribuição, um livro que se chama **Full Employment Regained**, ou seja, "vamos conseguir novamente o pleno emprego"? Neste livro ele propõe a compatibilização dos objetivos citados. A proposição que V. Ex^a menciona, de se evitar um peso tão grande de encargos sociais sobre a folha de pagamento, está ali como uma das proposições citadas para que se tenha maior flexibilidade na contratação do trabalho. Entretanto, é também proposição deste economista que se institua uma renda de

cidadania, que denomina *citizens income*, que é o direito de cada pessoa numa sociedade ter um mínimo de rendimento. Gostaria de enviar a V. Ex^a esta contribuição de um dos maiores economistas deste século para que possa conhecer proposições que vão na direção de resolver as preocupações de V. Ex^a hoje. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Receberei com muito prazer. E diria mais, nobre Líder Eduardo Suplicy, que poderíamos adotar, por exemplo, o que a Alemanha começou por intermédio de amplo entendimento presidido pelo próprio Chanceler Helmut Kohl com membros de seu gabinete, com entidades sindicais, com centrais sindicais e com entidades patronais. Chegaram a algumas conclusões. Na Alemanha 10% da população economicamente ativa está desempregada. Existem quatro milhões de desempregados atualmente. Estão propondo que dois milhões, até o ano 2000, sejam reintegrados ao mercado de trabalho. Como? O governo se propõe a enxugar seus gastos em até 40%, procurando fixar as economias neste nível. Segundo, os trabalhadores aceitam receber as folgas ao invés das horas extras; os desempregados que recebem seguro-desemprego abrem mão de 25% se por acaso forem chamados para um emprego e não o assumirem. E já estão vislumbrando, para os próximos meses, o sistema de redução dos encargos sociais.

O Sr. Fernando Bezerra – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Ouço, com prazer, o nobre Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço aos Srs. Senadores que restrinjam os seus apartes ao tempo regulamentar de dois minutos, no máximo, para que o orador possa concluir o seu discurso dentro do tempo que lhe é assegurado.

O Sr. Fernando Bezerra Serei breve, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Hugo Napoleão pela importância do tema que traz a debate nesta Casa. Tive oportunidade, na semana passada, de aqui tecer alguns comentários sobre o desempenho da economia em 1995 e a sua perspectiva em 1996 e trouxe ao conhecimento do Senado as dificuldades que haveremos de enfrentar nesse primeiro semestre de 1996. E aí há um grande desafio, que não é do Senado, que não é dos empresários, que não é somente dos trabalhadores, mas de toda a sociedade brasileira: é a questão do desemprego. Hoje, pela manhã, tive a oportunidade, com a responsabilidade que tenho também como Presidente da Confederação Nacional da Indústria,

de entender-me com S. Ex^a, o Ministro do Trabalho, no sentido de que juntos possamos encontrar as alternativas e as soluções que o Brasil espera de todos nós. Imediatamente, entrei em contato com os líderes de trabalhadores das três principais centrais sindicais, numa proposta para que nos entendamos dentro de uma pauta de temas discutidos aqui em diversos pronunciamentos. Creio, do lado dos empresários, que a questão do emprego passa, em primeiro lugar, pela questão da sobrevivência da empresa, que sofre hoje o drama terrível da inadimplência, vítima de uma taxa de juros nociva, vítima de uma política econômica que, compreendemos, obtém êxito no combate à inflação, mas que, com certeza, exagerou na dosagem dessa taxa de juros, no tempo em que foi publicada, a toda a economia. Precisamos imediatamente, dentre as propostas aqui apresentadas, que se estabeleça alguma linha de crédito de capital de giro, sobretudo para as pequenas e médias empresas, e que o Governo faça investimentos em setores que respondam imediatamente aos estímulos dessas aplicações, os setores intensivos na ocupação de mão-de-obra, como aqui foi colocada a construção civil e adicionaria também o setor de turismo, que, no Nordeste, tem respostas imediatas e conseqüências extremamente positivas em sua economia. Em resumo, a preocupação dos empresários, a dos trabalhadores e, enfim, da sociedade brasileira é a mesma que V. Ex^a traz a este Senado. Aqui foi colocado, com uma propriedade extrema pelo meu Líder, Jader Barbalho, que essa é uma questão política talvez a mais séria que tenhamos para dar seqüência a um desempenho da economia que resulte positivamente para o nosso País. Quero renovar meu cumprimento a V. Ex^a e dizer que, de nossa parte, da parte dos empresários, haveremos de dar o melhor dos nossos esforços na direção de vencermos esse desafio, que é de toda a sociedade brasileira.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Nobre Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a traz uma contribuição inestimável, na medida em que, como Presidente da Confederação Nacional da Indústria, já mostra quais são os pontos a serem atacados dentro do contexto das propostas que a Instituição está a desenvolver.

O Sr. Romero Jucá Concede-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Romero Jucá – Senador Hugo Napoleão, como Senador experiente e Líder do PFL, V. Ex^a traz nesta tarde a posição não só do nosso Par-

tido mas, acredito, uma síntese do pensamento de todos os Senadores. Gostaria de, em rápidas palavras, concordando com os posicionamentos de V. Ex^a e apoiando-os, ressaltar a importância da desoneração das folhas de pagamento, da mudança do perfil na legislação no tocante à contratação de mão-de-obra. Mas quero aqui destacar duas questões que também considero da maior importância. A primeira é a implementação de uma política de desenvolvimento regional, uma política federal que enfrente os desequilíbrios regionais; a segunda, refere-se ao fortalecimento da agricultura. Sem dúvida nenhuma, esses dois pontos irão estancar, irão barrar e reverter o quadro de migração que vive hoje o interior do nosso País. Não podemos nos calar ao ver o homem do campo e o morador das pequenas e médias cidades brasileiras se deslocarem às grandes cidades e se transformarem em desempregados urbanos. Penso que essa questão é da maior importância. Sei que V. Ex^a concorda com essas posições, mas gostaria de referendar e ressaltar esses pontos, porque acredito que o enfrentamento da questão do desemprego terá que ser realizado por meio de um amplo programa desenvolvido por todas as forças da sociedade brasileira.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – É verdade, Senador Romero Jucá. Construção civil, agricultura e equilíbrio regional.

O Sr. José Agripino – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Agripino – Quero cumprimentar o meu Líder pelo seu oportuníssimo pronunciamento. V. Ex^a expõe, de forma muito clara, o preço que o País está pagando pela estabilidade que conquistou. A taxa de juros a que o País se obrigou para equilibrar o câmbio gerou um enorme déficit interno. Ao se verificar o Orçamento da União, pode-se perceber que a parcela dos recursos destinados ao pagamento da dívida interna talvez corresponda ao que sobraria para – isso ocorreu no passado – se aplicar em investimentos públicos, em obras públicas, que eram manchetes de jornais. Hoje, nos jornais do País, não se vêem mais anúncios de megaobras, de obras de infra-estrutura que gerem empregos. É verdade que a estabilidade proporcionou satisfação para alguns milhões de brasileiros que estão empregados. Hoje, o pobre come melhor, se está empregado; quem é da classe média baixa compra um vídeo-cassete em vinte e quatro parcelas módicas, se está empregado; quem é da classe média própria

mente dita compra um automóvel que anteriormente nunca pensou adquirir. Esses estão satisfeitos. E o desempregado, que, cada vez mais, está em maior número? Portanto, essa é a questão que V. Ex^a deseja aferir; se a aferirmos com objetividade, esse ponto é de fundamental importância para a sustentação do Plano Real e para a sustentação política do Governo, que terá que entender os reclamos das ruas. Penso, no entanto, Senador Hugo Napoleão, que a solução deste problema não passa apenas por um esforço de governo. Os ganhos fiscais do País não foram suficientes para o equilíbrio do pagamento da dívida externa. Claro que a taxa de juros tem que ser atacada para que se possa gerar alguma sobra e haver investimento fundamentalmente na agricultura, sim, que emprega milhões de pessoas, na construção civil, que emprega milhões de pessoas nas cidades. Mas urge um pacto social, urge um esclarecimento à sociedade. Deve haver a responsabilidade de cada brasileiro empregado no futuro do próprio País, pois é preciso que se entenda que o Governo sozinho não resolverá o problema. É necessário haver a compreensão da sociedade brasileira e dos empregados, para que aquilo que acontece em nações modernas, como a Alemanha, como o Japão, como a Coreia, a consciência de cidadania se reproduza aqui, se quisermos ser modernos. Acho que V. Ex^a abordou com muita propriedade esta questão. É um debate que se impõe nesta Casa e é oferecido pela sua iniciativa pioneira.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – É verdade, Senador José Agripino. A aliança para o emprego, sua tese é verdadeira. Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Nobre Líder, atendendo ao pregão do Presidente José Sarney, não apresentarei a V. Ex^a nem à Casa o meu plano de governo sobre desemprego. Apenas quero dar o meu aplauso a V. Ex^a pela oportunidade do seu discurso e pela advertência que faz à Nação, através do Senado, para problema tão crucial. Espero que as autoridades da República olhem com atenção o assunto que V. Ex^a ventila com tanta propriedade e percebam que também é necessário olhar para esse aspecto, que é tão importante para a tranquilidade da Nação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Muito obrigado a V. Ex^a. As palavras de V. Ex^a constituem, antes de mais nada, um estímulo.

O Sr. Darcy Ribeiro – V. Ex^a concede-me um aparte, Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Ouço-o com prazer, Senador Darcy Ribeiro.

O Sr. Darcy Ribeiro – Sr. Senador Hugo Napoleão, meus nobres Pares, a questão do desemprego é a mais grave questão da sociedade brasileira. Nele está a base da violência desencadeada, da prostituição de menores, de todas as desgraças que temos visto. Entre estas desgraças, uma das maiores é a incapacidade do Governo, esse Governo de um sociólogo tão competente como Fernando Henrique, de olhar o que está sucedendo na sociedade brasileira, cuja estrutura de emprego mudou profundamente. Tínhamos uma estrutura de emprego faminta de mão-de-obra; gastamos milhões de índios, importamos milhões de negros, importamos milhões de europeus quando lá acontecia o que está acontecendo aqui, agora, quando o povo se transformava em gado humano exportado, porque cedia às necessidades do mercado de trabalho. Hoje, numa nação de 160 milhões de habitantes, a filosofia do Governo não é olhar para esse povão imenso, que tem o sagrado direito do emprego para poder comer, para não se prostituir, para não se entregar à droga. Em lugar disso, toda a política do Governo é desempreguista, é irresponsavelmente desempreguista. Inclui-se, aqui, no Senado, quando votamos essas doidas privatizações, está implícito nelas jogar metade dos trabalhadores na rua. O próprio Governo tem intenção de despedir metade dos funcionários. Cada pessoa de certo nível social que é despedida, por sua vez despede uma empregada doméstica, despede mais gente dependente dela, engrossa a carreira enorme dos brasileiros famintos que nós não olhamos. Nós já enfrentamos um problema tremendo, porque, tendo-se fortalecido o latifúndio, e o latifúndio tendo expulso milhões de trabalhadores rurais, com medo da aplicação da legislação do trabalho, e por sua própria postura, porque não precisava dessa mão-de-obra, concentrou-se uma massa tremenda de subempregados e desempregados nas periferias e nas favelas. A isso se acrescenta a política desempreguista do Governo. Um governo de 160 milhões de habitantes devia ter se preocupado com esse povo, com a sobrevivência desse povo. Este Governo vive ainda ofuscado pela miragem do lucro, o lucro que presidiu o Brasil nos últimos vinte anos, lucro para as escolas privadas. Somos o único país do mundo que fez escolas para dar lucro, para dar dinheiro. Todo o ensino superior, em vez de multiplicar-se nas universidades públicas, multiplicou-se

nas universidades privadas. Todo o sistema hospitalar que tínhamos, público e de santas-casas, foi transformado em casas de negócio. Esse mesmo espírito está instalado no Poder Público agora, com o seu pendor, com a sua mania neoliberal já desmoralizada no mundo, mas que aqui continua sendo exercida para o sofrimento e para a tortura do povo brasileiro.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Agradeço a contribuição humanística de V. Ex^a e devo dizer que é isso que esperamos: que o Governo dê respostas à altura, imediatas, concretas, urgentes para que possamos enfrentar esse problema.

Sr. Presidente, vou encerrar meu pronunciamento agradecendo a atenção do Senador Bernardo Cabral por haver me cedido este tempo e, mais, dizendo que penso que o Plenário desta Casa já deu a resposta, por meio dos diversos apartes em que cada um dos Srs. Senadores ofereceu a sua contribuição, dando, por assim dizer, as conclusões, que são, a meu ver: a construção civil, através da resolução de problemas sociais pelo emprego, de problemas econômicos pelo espaço geográfico a ser abrangido, de problemas políticos pelo engajamento do Governo novamente na era de construções, seja de escolas ou de hospitais, enfim de habitações; e da agricultura a juros razoáveis e não aqueles negociados no ano passado, em 1995, porquanto considerados escorchantes para os produtores, sobretudo para os pequenos e os médios.

Estamos encontrando o caminho, as soluções para a aliança para o emprego que proponho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 145, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1.473/96.4, de interesse da Subsecretaria Técnica Eletrônica, resolve designar o servidor HEITOR IVAN NORONHA DE CARVALHO, matrícula 2016, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Artesanato, para exercer a função de Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. – Agaciel da Silva Maia, Diretor Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 146, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º,

do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor FREDERICO AUGUSTO RONDON NETO, matrícula 3814, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 147, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor FREDERICO AUGUSTO RONDON NETO, matrícula 3814, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 148, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor JOSÉ BEZERRA XIMENES, matrícula 1052, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 149, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor JOSÉ BEZERRA XIMENES, matrícula 1052, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

denação Legislativa do Senado, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 150, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar a servidora SILVANA LÚCIA RIOS SAFE DE MATOS, matrícula 3031, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Biblioteconomia, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Controle de Informações, Símbolo FC-06, da Secretaria de Documentação e Informação, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 151, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora SILVANA LUCIA RIOS SAFE DE MATOS, matrícula 3031, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Biblioteconomia, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço de Controle de Informação, Símbolo FC-07, da Secretaria de Documentação e Informação, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 152, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor AUGUSTO CÉSAR CORREIA GAY, matrícula 1416, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Controle de Informação, Símbolo FC-07, da Secretaria de Documentação e Informação, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 153, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor AUGUSTO CESAR CORREIA GAY, matrícula 1416, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialista de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Controle de Informações, Símbolo FC-6, da Secretaria de Documentação e Informação, com efeitos financeiros a partir de 31 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 154, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor CÁSSIO RUY CAPORAL, mat. 4033, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Plenário, Símbolo FC-2, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 26 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 155, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor CÁSSIO RUY CAPORAL, matrícula 4033, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 26 de janeiro de 1996.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 156/96

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 268/94-1, resolve alterar o

Ato da Presidência nº 140, de 1994, publicado no DCN, Seção II, de 18-3-94, para considerar a servidora ODILA DE OLIVEIRA, matrícula 1982, aposentada nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a e 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções SF nºs. 59/91, 51/93 e 76/95.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 157, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 001.362/96-8, resolve exonerar WILSON JOSÉ LOPES DARELLA do car-

go, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, a partir de 30 de janeiro de 1996.

Senado Federal, em 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 158, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993 e tendo em vista o que consta do processo nº 001.363/96-4, resolve nomear JAQUELINE LIRA BARBOSA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, 7 de fevereiro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB

1. Eptácio Cafeteira

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLICY *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

*1 - EDUARDO SUPLCY (PT) - vaga cedida pelo PSB

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/08/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ÍRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			
vago			

*1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSE / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(SEÇÃO BRASILEIRA)

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**Vice-Presidente:** Senador CASILDO MALDANER**Secretário-Geral:** Senador LÚDIO COELHO**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado ROGÉRIO SILVA**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Cassildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²**PP****PT**Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar PFL/PTB**

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

COMPACT DISK CD/ROM

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS